

Veículo: bahia.ba	
Data: 20/09/2018	Caderno: Economia

bahia.ba

POLÍTICA

Publicado em 19/09/2019 às 20h00.

Bolsonaro anuncia descontingenciamento de R\$ 8,3 bilhões

“Com muito sacrifício, estamos criando condições para manter os investimentos”, escreveu o presidente, em suas redes sociais



Foto: Isac Nobrega/PR

O presidente Jair Bolsonaro informou nesta quinta-feira (19) o descontingenciamento de R\$ 8,3 bilhões, que devem ser distribuídos ao Ministério da Educação e outras pastas.

“Desde o início, nosso governo preza pela responsabilidade com as contas públicas. Com muito sacrifício, estamos criando condições para manter os investimentos”, escreveu o chefe do Palácio do Planalto, em suas redes sociais.

Na última terça-feira (17), o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, disse que o descontingenciamento seria anunciado até o final do mês.

Veículo: Correio Brasiliense	Caderno: Economia
Data: 20/09/2019	Página: -

CORREIO BRAZILIENSE

Mercado trabalha com taxa de juros abaixo de 5% até o fim do ano

Especialistas apostam em Selic de até a 4,25% em 2019, com possibilidade de taxas negativas em aplicações conservadoras. Bolsa abre em alta, mas recua com possibilidade de acirramento da guerra comercial entre Estados Unidos e China

Ao **reduzir a taxa básica de juros (Selic)** de 6% para 5,5%, o menor patamar da história, o Comitê de Política Monetária (Copom) do **Banco Central**, sinalizou que a porta para novos cortes está aberta, o que animou o mercado nesta quinta-feira (19/9). Em meio ao cenário econômico com **inflação** controlada, mas com **baixo crescimento**, economistas reduziram as projeções para a **Selic** no fim do ano a um patamar inferior a 5%, podendo permanecer assim ao longo de 2020. Alguns, inclusive, admitem que é possível ter juro negativo durante o processo.

A previsão para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), é de 3,45%. Logo, se o custo de vida voltar a subir por conta das pressões do câmbio, é bem possível que os juros reais (descontada a inflação) fiquem negativos. Essa possibilidade é cogitada caso as previsões do BNP Paribas, que estima que a Selic chegará a 4,25% no fim do ano, se concretizem.

Para o diretor da Mirae Asset, Pablo Spyer, o país está prestes a entrar em uma nova era se a Selic atingir esse patamar, com juros reais negativos. “Com a Selic a 5,5%, e se tirarmos, em média, 20% de Imposto de Renda, uma aplicação indexada a essa taxa daria 4,40% ao ano, o que, descontado o IPCA a 3,45%, levaria o ganho real para 0,95%. Mas, se a Selic ficar em 4,40% ou abaixo disso, o Brasil entra no rol dos países com juros reais negativos. Será preciso tomar riscos para ganhar dinheiro no país”, destacou.

A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) abriu o dia em alta e chegou a atingir 106.001 pontos, com valorização de 1,4%, mas recuou diante do aumento das tensões externas. O clima piorou com a ameaça de os Estados Unidos elevarem as tarifas contra produtos chineses de 50% a 100%, conforme as declarações de Michael Pillsbury, conselheiro do presidente dos EUA, Donald Trump, a um jornal chinês. “A B3 arrefeceu à tarde porque as bolsas americanas caíram devido à nova ameaça tarifária contra a China”, resumiu Spyer. A bolsa paulista encerrou o dia em queda de 0,18%, a 104.339 pontos. O dólar subiu 1,44%, cotado a R\$ 4,16.

Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, avaliou que o momento exige que o governo recupere a credibilidade via o ajuste fiscal, a fim de

melhorar o ambiente competitivo. Para ele, se os juros ficarem negativos, será positivo para a economia. “Vai estimular os investidores mais conservadores a migrarem aplicações para outras categorias com risco maior, como o empreendedorismo. Isso vai incentivar o investimento”, disse ele, que prevê a Selic em 4,75% no fim do ano. Agostini alertou, entretanto, que o juro negativo desestimula a aplicação em caderneta de poupança, principal fonte para o financiamento de imóveis.

Spyer, da Mirae, manteve a aposta de que os juros básicos devem encerrar o ano em 5%, porque existe risco de a inflação voltar a subir, pressionada pelo câmbio. Essa é a mesma aposta do economista-chefe para mercados emergentes da consultoria britânica Capital Economics, William Jackson. Ele vê espaço para um corte de 0,25 ponto percentual na próxima reunião do Copom, em outubro. “Somos pessimistas nas perspectivas do câmbio. Acreditamos que o real poderá desvalorizar ainda mais frente ao dólar, chegando a R\$ 4,30 no fim do ano”, destacou.

• **Bolsa de apostas**

- Confirma previsões de analistas para a taxa básica de juros até o fim de 2019 (Em % ao ano)

Focus*: 5,0

ItaúUnibanco: 5,0

Mirae Asset: 5,0

Bradesco: 5,0

Capital Economics: 5,0

Tendências Consultoria: 5,0

Austin Rating: 4,75

MB Associados: 4,75

Necton Investimentos: 4,50

Daycoval Asset: 4,50

BNP Paribas: 4,25

*Mediana das estimativas de 107 economistas ouvidos pelo Banco Central

Fontes: Empresas e Banco Central

Veículo: Correio*	
Data: 20/09/2019	Caderno: Economia
Assunto:	Página: --

Agenda Bahia 2019 já está com inscrições abertas

EVENTO Já estão abertas as inscrições para o Fórum Agenda Bahia 2019 no link <https://oferta.correio24horas.com.br/agentadabahia10anos>. Nesta 10ª edição o evento tem como tema [A.R.] EVOLUÇÃO e será realizado no dia 3 de outubro, entre as 9 e 18 horas, no Senai Cimatec. As vagas são gratuitas, mas limitadas à capacidade do auditório.

Nas discussões deste ano, o fórum vai propor uma revolução do olhar, tendo como fio condutor as aplicações em Realidade Aumentada. "A proposta é usar a A.R. (Realidade Aumentada), e seus óculos especiais, para avançar no debate de como o homem pode se apropriar das diferentes tecnologias para se inserir em tempos de mudanças. E usar como metáfora esses novos olhares para discutir e planejar uma agenda local conectada com o planejamento do país e do mundo", explica Rachel Vita, curadora do Fórum Agenda Bahia.

Equipe econômica desiste de congelar o salário mínimo

TRABALHO O Ministério da Economia afirmou no início da tarde de ontem, por meio da assessoria de imprensa, que o salário mínimo e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) vão continuar sendo corrigidos pela inflação. Mais cedo, o secretário especial adjunto de Fazenda, Esteves Colnago, afirmou que o governo estuda desindexar a economia. A pasta esclareceu, no entanto, que a medida não atingiria salário mínimo e BPC.

"O salário mínimo e o BPC (Benefício de Prestação Continuada) estão fora da discussão. O governo decidiu manter o poder de com-

pra do salário mínimo e do BPC - que seguirão sendo corrigidos pela inflação", afirmou o ministério.

Gastos indexados são, por lei, automaticamente corrigidos por um índice, como a inflação. No atual cenário da economia do país, de crise fiscal e dificuldade orça-

mentária, defensores da desindexação argumentam que a medida poderia melhorar o caixa do governo. Colnago falou sobre o tema durante a abertura de um seminário sobre energia, em Brasília.

"Desindexação é uma das possibilidades. Quando você fala em desindexar, você tem um conjunto de itens na Constituição que são indexados. Você tem salário mínimo, tem o benefício de prestação continuada, tem a correção anual do trabalho dos servidores, tem um conjunto de regras dentro da Constituição que indexam. Precisa olhar a desindexação. O que se fazer e se vai fazer, é outra coisa".

1.039

reais é a previsão do salário mínimo para 2020, segundo Projeto de Lei Orçamentária

GOVERNO VAI DESBLOQUEAR R\$12,4 BILHÕES DO ORÇAMENTO HOJE

CONTAS PÚBLICAS Uma redução de R\$ 5,8 bilhões nas despesas previstas com pessoal vai ajudar o governo a abrir espaço no Orçamento e cumprir a promessa de liberar recursos para desafogar ministérios, que correm risco de um apagão por falta de dinheiro. O valor do desblo-

queio que será anunciado hoje deve ficar em R\$ 12,46 bilhões.

As despesas com subsídios também devem cair cerca de R\$ 1 bilhão. Como outros gastos estão crescendo, o valor final do alívio nas despesas deve ficar próximo de R\$ 6 bilhões. As receitas, por

sua vez, devem ter um crescimento líquido de R\$ 6,46 bilhões para a União.

Após prometer uma liberação de R\$ 14 bilhões ainda este mês, valor que acabou não se concretizando, o governo tem adotado um tom de maior cautela no anúncio do desbloqueio.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 4,623	R\$ 4,628
Dólar Turismo	R\$ 4,13	R\$ 4,207
Euro turismo	R\$ 4,597	R\$ 4,783

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	104.339,16	-0,88%

POUPANÇA

29/9/2019	0,3715 %
-----------	----------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 998,00

INFLAÇÃO

Índice	Agosto	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,11%	2,54%	3,43%
INPC/IBGE	0,12%	2,68%	3,28%
IGP-M/FGV	-0,67%	4,09%	4,95%

TOYOTA INVESTE R\$ 1 BILHÃO EM SP

Montadora A Toyota do Brasil anunciou ontem que pretende investir R\$ 1 bilhão em sua fábrica em Sorocaba (SP) com o objetivo de produzir um novo modelo. Com o aporte, devem ser criados 300 empregos diretos. O novo modelo será um utilitário esportivo (SUV) compacto.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 20/09/2019	Caderno: Economia



Redução de despesas com pessoal abre espaço para desbloqueio de R\$ 12,46 bilhões a ministérios

As receitas, por sua vez, devem ter um crescimento líquido de R\$ 6,46 bilhões para a União

Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

19 de setembro de 2019 | 19h50

BRASÍLIA - Uma redução de R\$ 5,8 bilhões nas despesas previstas com pessoal vai ajudar o governo a abrir espaço no [Orçamento](#) e cumprir a promessa de liberar recursos para desafogar ministérios, [que correm risco de um apagão por falta de dinheiro](#). O valor total do desbloqueio deve ficar em R\$ 12,46 bilhões, segundo apurou o Estadão/Broadcast.

As despesas com subsídios também devem cair cerca de R\$ 1 bilhão. Como outros gastos estão crescendo, o valor final do alívio nas despesas deve ficar próximo de R\$ 6 bilhões. As receitas, por sua vez, devem ter um crescimento líquido de R\$ 6,46 bilhões para a União.

Após prometer uma liberação de R\$ 14 bilhões ainda este mês, valor que acabou não se concretizando, o governo tem adotado um tom de maior cautela no anúncio do desbloqueio. Tanto o presidente **Jair Bolsonaro** quanto o ministro-chefe da Casa Civil, **Onyx Lorenzoni**, têm falado em uma cifra de R\$ 8,3 bilhões, menor do que será efetivamente liberado, porque a outra parte já está "carimbada" e não poderá ser distribuída livremente entre os órgãos da Esplanada. Do valor total de R\$ 12,46 bilhões, R\$ 2,6 bilhões em receitas recuperadas por meio da Operação Lava Jato serão direcionadas para ações de preservação ambiental (R\$ 1 bilhão) e de educação (R\$ 1,6 bilhão). A decisão foi um acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF), e a destinação não poderá ser alterada.

Além disso, as emendas parlamentares devem ficar com R\$ 1,2 bilhão a R\$ 1,4 bilhão. Outra fatia será desbloqueada para os poderes do Judiciário e do Legislativo.

Bolsonaro nesta quinta-feira no Twitter e o ministro Onyx Lorenzoni na última terça-feira, 17, falaram no valor de R\$ 8,3 bilhões. A estratégia por trás da propagação desse valor menor é tentar reduzir a pressão dos órgãos sobre o Planalto por mais recursos.

O novo tom representa uma mudança em relação aos cálculos mais otimistas de dias anteriores, que citavam a possibilidade de liberar até R\$ 14 bilhões este mês e outros R\$ 6 bilhões em outubro. Como mostrou o **Estadão/Broadcast**, **a antecipação de Onyx e do vice-presidente Hamilton Mourão em anunciar valores que poderiam ser liberados incomodou a área econômica** justamente por conta da possibilidade de frustração no desbloqueio a ser efetivado - justamente o que acabou ocorrendo.

Frustrações. Um dos motivos para o desbloqueio menor é a retirada R\$ 8,35 bilhões que eram esperados com dois leilões de áreas de petróleo programados para o fim do ano. Como mostrou o **Estadão/Broadcast**, o Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu alerta sobre o risco de frustração dessas receitas, uma vez que seu ingresso é previsto para 27 de dezembro, o que poderia levar à violação da meta fiscal. O descumprimento da meta é crime de responsabilidade do presidente da República.

A equipe econômica também diminuiu em cerca de R\$ 1 bilhão sua receita estimada com royalties - os dados foram fechados antes da disparada no preço do petróleo.

Por outro lado, as receitas com tributos subiram pouco mais de R\$ 8 bilhões. No INSS, porém, a arrecadação caiu cerca de R\$ 2 bilhões devido ao observado até o mês de agosto e também à revisão de parâmetros como massa salarial.

Após recorrer aos bancos públicos atrás de recursos para reforçar seu caixa, o governo pôde incorporar R\$ 7,6 bilhões em dividendos, segundo apurou a reportagem.

Com a nova liberação, permanecerão bloqueados R\$ 21,77 bilhões no Orçamento deste ano. A pressão por mais desbloqueios continua, mas ainda há incertezas se isso será possível. Os dividendos, que seguem sendo uma fonte de recursos almejada pela área econômica, podem não se concretizar.

Em entrevista na semana passada ao **Estadão/Broadcast**, o presidente do Conselho de Administração do **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**, Carlos Thadeu de Freitas, alertou para a lentidão no processo de venda das ações da Petrobras que estão na carteira da instituição. Sem isso, segundo ele, ficará difícil entregar mais dividendos ainda este ano.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 20/09/2019	Caderno: Economia



Após corte na Selic, dólar sobe 1,44%

Indicação de novas reduções levou estrangeiros a buscarem melhor remuneração em outros emergentes; moeda fechou cotada a R\$ 4,16

Renée Pereira, Antonio Perez e Altamiro Silva Junior, O Estado de S.Paulo

19 de setembro de 2019 | 21h51

Um dia depois de o [Comitê de Política Monetária \(Copom\)](#) reduzir os juros para o menor patamar da história, 5,5% ao ano, o [dólar](#) encerrou o dia em forte alta, de 1,44%, cotado a R\$ 4,16. O comunicado do Banco Central indicando novos cortes até o fim do ano provocou uma fuga de capital estrangeiro em busca de melhor remuneração.

Como o [Federal Reserve \(Fed, o banco central americano\)](#) também reduziu suas taxas, mas numa proporção menor, a diferença entre o juro real brasileiro e o americano diminuiu, explica o estrategista-chefe da RB Investimentos, Daniel Linger. “Antes do corte de ontem (quarta-feira), a taxa real do Brasil estava em 2,5% e a dos Estados Unidos, 0,6%. Com a previsão de novas reduções, essa diferença tende a cair ainda mais”, diz ele, destacando que o risco por aqui é maior. Com isso, os investidores tendem a preferir outros destinos para pôr o dinheiro. Exemplo disso, é que o real foi a moeda com pior desempenho ante a divisa americana ontem, considerando uma cesta de 34 moedas.

sinalização do Copom, após cortar a taxa básica de juros em 0,50 ponto porcentual, de que mais reduções devem vir levou vários economistas a refazerem suas projeções para a taxa [Selic](#) neste ano. Pesquisa do Broadcast Projeções mostra que 36 instituições, de 42 consultadas, veem os juros abaixo de 5% ao fim de 2019 (ler ao lado).

O estrategista do banco de investimento Brown Brothers Harriman, Win Thin, avalia que os prêmios de risco pagos para se apostar em ativos brasileiros vão ficar “perto de não existirem” com novos cortes. Nesse ambiente, investidores devem preferir fazer operações em países emergentes com juros maiores, como o México (8% ao ano) e a África do Sul (6,5%).

Segundo economistas, o patamar ideal para o dólar no Brasil está em R\$ 3,60 e R\$ 3,80. Mas a moeda americana só vai mudar quando o risco diminuir com a aprovação das reformas e redução do déficit fiscal, diz Linger. “Quando os investidores tiverem esse

conforto, a moeda vai recuar e o capital externo também vai voltar, mas de olho na economia e nos investimentos de longo prazo.”

Cenário internacional

O mercado externo também pressionou a moeda americana, em especial a guerra comercial entre Estados Unidos e China. O movimento veio na esteira de declarações do conselheiro americano Michael Pillsbury de que o presidente Donald Trump pode aumentar as tarifas americanas sobre bens chineses para 50% ou 100%, caso não haja acordo em breve.

O petróleo, por sua vez, voltou a subir, depois do aumento de tensão envolvendo a Arábia Saudita e o Irã, após os ataques a refinarias no Golfo, no último fim de semana.

B3

Na Bolsa de Valores, a B3, a indicação de novos cortes na Selic provocou um efeito gangorra. Após testar novas máximas históricas, ao ultrapassar os 106 mil pontos, impulsionado sobretudo pela alta das ações de empresas ligadas ao consumo, o **Ibovespa** (principal índice da B3) perdeu força e fechou em queda de 0,18%, abaixo dos 105 mil pontos.

Segundo analistas, a expectativa de migração de investimentos mais conservadores para o mercado acionário ajudou na subida do índice da Bolsa paulista.

Mas o movimento não conseguiu se sustentar. O sócio e gestor de renda variável da RJI Gestão & Investimentos, Rafael Weber, atribui a falta de força do índice à ausência de sinais mais claros de recuperação da atividade econômica.

O mercado já precificou a questão da reforma da Previdência e os juros menores, o que sustenta o Ibovespa no nível atual. Para o índice buscar os 115 mil, 120 mil, ou até mesmo um nível menor, de 110 mil, os números da atividade precisam melhorar”, afirma o gestor.

O desempenho da Bolsa só não foi pior porque as ações de empresas ligadas ao consumo fecharam em alta. Via Varejo subiu mais de 5%; Magazine Luiza, 2,1%; a B2W, 5,7%; e Lojas Americanas, 2,7%. Nesses dois últimos casos, entretanto, além da queda do juro, as empresas foram beneficiadas pelo fechamento de um acordo importante com a Linx. Na outra ponta, no entanto, os bancos, que registraram alta pela manhã, fecharam o dia em queda. Uma das explicações é que a rentabilidade que as instituições têm com investimentos em títulos públicos vai cair, além do spread diminuir nas operações de crédito.

PREVIDÊNCIA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/MERCADO/PREVIDENCIA](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/previdencia))

Governo vai tentar derrubar emenda incluída por relator na reforma da Previdência

Secretário diz estar otimista com aprovação do texto, mas quer discussão sobre capitalização no futuro

19.set.2019 às 18h39

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/20/>)

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO O secretário da Previdência

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/confira-ponto-a-ponto-a-reforma-da-previdencia-aprovada-na-camara.shtml>) do ministério da Economia, Leonardo Rolim, disse nesta quinta (19) estar otimista quanto à aprovação da reforma das aposentadorias pelo Senado até o próximo dia 10. Ele frisou, porém, que para a Previdência ser sustentável, o país terá que voltar a discutir o sistema de capitalização (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/estados-tiram-r-7-bi-de-novos-regimes-de-previdencia-para-pagar-aposentados.shtml>).

Rolim defendeu ainda que os senadores revejam na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) a única emenda acatada pelo relator da reforma, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/relator-rejeita-emendas-e-previdencia-caminha-para-votacao-na-proxima-semana.shtml>) em relatório apresentado nesta quinta, que exclui do texto trecho que determina regras para que o servidor, ao se aposentar, possa receber benefício que considere gratificações.



O secretário da Previdência do ministério da Economia, Leonardo Rolim - Marcos Oliveira - 15.mar.19/Agência Senado

O relatório será apreciado pela CCJ na próxima terça (24) e a expectativa é que seja votada em primeiro turno no mesmo dia. A apreciação em segundo turno, segundo Rolim, pode acontecer no dia 10 de outubro. “Acredito que o calendário vai ser cumprido. O senador Tasso está fazendo um trabalho excelente”, afirmou Rolim, em entrevista durante o Fórum Nacional.

Segundo ele, o governo ainda tentará convencer os senadores a retirar a emenda incluída por Jereissati, que não tem impacto na União mas teria “efeitos significativos” para estados e municípios. Rolim afirmou que, em muitos casos, servidores correm para fazer cursos de especialização para aumentar o valor da aposentadoria com adicionais.

A medida também é da PEC paralela proposta no Senado para discutir mudanças nas aposentadorias de servidores públicos

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/previdencias-nos-estados-tem-rombo-de-r-112-milhao-por-servidor.shtml>), que deve estabelecer novas regras para aposentadorias de estados

e municípios. O texto só será apreciado após a aprovação da reforma. Rolim disse que ainda não há uma estimativa de perdas com a emenda, mas o governo tentará revertê-la.

O secretário da Previdência afirmou que “oportunamente” o governo voltará a debater a adoção de um sistema de capitalização

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/capitalizacao-vai-ao-congresso-nas-proximas-semanas-diz-onyx.shtml>),

defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes mas retirada da proposta original pela Câmara dos Deputados. “A reforma é fundamental para o Brasil, mas não resolve o problema previdenciário como um todo”, afirmou.

Ele reconheceu que houve erro de comunicação do governo ao apresentar a proposta sem, por exemplo, mostrar que o sistema já é usado em municípios brasileiros. “Quando formos retomar, devemos trazer já um modelo pronto”, disse. O texto original apenas pedia a inclusão na Constituição da possibilidade de adotar o regime.

Rolim não quis adiantar um prazo para que o tema vinta à pauta. Segundo ele, a capitalização perdeu a “janela de oportunidade” e saiu da lista de prioridades neste momento.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711>) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

PREVIDÊNCIA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/MERCADO/PREVIDENCIA](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/previdencia))

Relator rejeita emendas e Previdência caminha para votação na próxima semana

Agora, os membros da CCJ vão analisar o novo parecer do tucano

19.set.2019 às 11h10

Atualizado: 19.set.2019 às 20h03

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/20/>)

Thiago Resende

BRASÍLIA O relator da reforma da Previdência

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/congresso-ja-cogita-quebrar-pec-paralela-em-duas-para-agilizar-reforma-nos-estados.shtml>) no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE)

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/quanto-mais-calado-bolsonaro-ficar-mais-facil-se-aprova-a-previdencia-diz-tasso-jereissati.shtml>), rejeitou fazer novas alterações à proposta

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/relator-admite-mudanca-no-texto-da-previdencia-para-evitar-atraso.shtml>), que caminha para ser votada na terça-feira (24).

Senadores, principalmente de oposição ao governo, apresentaram 77 emendas quando a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma chegou ao plenário da Casa.

Jereissati analisou as sugestões e, nesta quinta-feira (19), apresentou um novo relatório na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), no qual rejeitou todas as emendas que poderiam desidratar a proposta. A única acatada não tem, segundo ele, impacto fiscal para a União.

O relator acatou uma emenda supressiva —que tem o efeito de excluir um trecho— que determina regras para que o servidor, ao se aposentar, possa considerar gratificações no cálculo de seu benefícios.

Essa regra afeta especialmente categorias no funcionalismo público que recebem gratificação por desempenho permanente, mas cujo valor varia de acordo com a produtividade. A gratificação por desempenho é um instrumento mais comum no funcionalismo estadual e municipal, principalmente no caso de auditores fiscais.

Atualmente, cada estado faz sua própria regra. Em alguns estados, é considerada apenas a gratificação do último ano antes da aposentadoria.

Gratificações para servidores federais, como bônus temporário, criado para técnicos do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) passarem um pente-fino nos benefícios previdenciários, não são incorporados à aposentadoria ou a pensões.

O trecho da reforma que trata das gratificações vem sofrendo sucessivas discussões.

O governo quer criar critérios mais rígidos para que gratificações permanentes recebidas por funcionários públicos sejam incluídas no valor das aposentadorias. Por isso, na proposta original, enviada em fevereiro, sugeriu que, se o servidor receber uma bonificação pelo desempenho ou produtividade, esse valor poderia integrar o cálculo da aposentadoria com base na gratificação recebida apenas nos dez últimos anos.

O relator da reforma da Previdência na Câmara, Samuel Moreira (PSDB-SP), porém, alterou esse trecho.

Assim, a versão aprovada pelos deputados, que seguiu para o Senado, passou a considerar o valor médio de gratificação recebido em toda a carreira do servidor com bônus permanente de desempenho.

Jereissati, aceitando uma sugestão do senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), articulada por auditores fiscais de Minas Gerais, excluiu esse artigo que exigia o cálculo médio da gratificação. Na prática, deixou o assunto para a

chamada PEC paralela, onde o senador retomou a versão original do governo: média com base nos últimos dez anos de gratificação.

A reforma da Previdência (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/previdencia/>) foi dividida em duas PECs (proposta de emenda constitucional). A principal é aquela que passou pela Câmara e está no Senado. A paralela trata de estados e municípios, ainda não tem data de votação no Senado e, depois, terá que ir para a Câmara.

A projeção de economia com a PEC principal permanece em R\$ 876,7 bilhões em dez anos.

Jereissati, porém, reconhece que a regra das gratificações tem impacto para estados e municípios, onde estão os auditores fiscais estaduais e municipais. De qualquer forma, a alteração só valeria para servidores estaduais e municipais se a PEC paralela for aprovada, pois a Câmara retirou o efeito da reforma para estados e municípios.

A presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/numa-democracia-nao-se-governa-por-decreto-diz-senadora-sobre-bolsonaro.shtml>) prevê para terça-feira (24) a votação da PEC principal no colegiado. No mesmo dia, ela deve começar a ser votada no plenário do Senado.

Além de rejeitar emendas, Jereissati fez ajustes no texto para não dar margem para que o processo legislativo da reforma seja questionado.

Técnicos do Congresso alertaram o relator sobre uma possibilidade de mudanças feitas na PEC serem questionadas e a proposta ter que voltar para análise da Câmara, que aprovou a reforma em agosto

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/confira-ponto-a-ponto-a-reforma-da-previdencia-aprovada-na-camara.shtml>).

O governo calcula que a PEC em discussão poderá gerar uma economia de R\$ 876,7 bilhões (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/pec-da-reforma-da-previdencia-ira-gerar-r-876-bi-de-economia-diz-marinho.shtml>) em dez anos nos gastos previdenciários.

Quando o texto foi aprovado pela Câmara, a estimativa de economia era de R\$ 933 bilhões.

Para aprovar a reforma no Senado, Jereissati fez ajustes, como impedir que a pensão por morte seja inferior a um salário mínimo (R\$ 998)

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/reducao-da-pensao-por-morte-e-desafio-para-mulheres-da-terceira-idade.shtml>).

O tucano também excluiu o artigo que colocava na Constituição o critério para receber BPC (benefício assistencial)

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/06/governo-negocia-mudanca-em-bpc-na-reforma-previdenciaria.shtml>). O governo esperava redução nas ações judiciais sobre o tema.

Outra alteração feita pelo relator no começo do mês foi a previsão de uma regra mais benéfica de aposentadoria para trabalhadores expostos a agentes nocivos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/governo-quer-preparar-trabalhadores-expostos-a-agentes-nocivos-para-outras-atividades-ate-aposentadoria.shtml>), como mineiros.

Ao rejeitar as emendas apresentadas no plenário, o senador argumentou que a reforma é necessária para ajustar as contas públicas.

“Sem a reforma da Previdência, as despesas com benefícios de natureza previdenciária que hoje são da ordem de 60% do orçamento primário chegariam a quase 80% em 2026. Haveria um evidente sufocamento do resto de nosso orçamento, diante do espetacular processo de transição demográfica de nossa sociedade”, disse Jereissati.

Para evitar atrasos na reforma, o relator criou uma PEC paralela à principal

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/congresso-ja-cogita-quebrar-pec-paralela-em-duas-para-agilizar-reforma-nos-estados.shtml>). Assim, o Congresso ainda vai analisar outra proposta com alterações nas regras de aposentadoria de trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos.

Na PEC paralela, foram incluídas sugestões de senadores e que ainda precisam passar pela Câmara, como a inclusão de estados e municípios na reforma.

A estratégia de Jereissati foi garantir que a PEC principal, já aprovada pelos deputados, comece a valer assim que o Senado concluir a votação. Enquanto isso, a PEC paralela seria apreciada pelos senadores e, depois, pela Câmara.

Esse projeto –separado– representaria uma economia adicional de R\$ 92 bilhões em dez anos para a União.

Para estados e municípios, é esperado um corte de gastos de R\$ 350 bilhões em uma década com o endurecimento das regras de aposentadorias para servidores.

O texto paralelo prevê a inclusão de estados e municípios na reforma, medidas de aumento de arrecadação –que vêm sendo criticadas por parlamentares– e alterações em pontos do projeto original do governo, como aposentadoria por invalidez e redução, de 20 anos para 15 anos, o tempo mínimo de contribuição para homens que ainda vão entrar no mercado de trabalho.

O QUE MUDOU NA REFORMA

Como é hoje

Cada ente (União, estados e municípios) define o critério para incorporar o bônus permanente de desempenho à aposentadoria. Há estados que calculam com base na produtividade apenas do último ano

Como é a proposta do governo

Incorpora o valor médio das gratificações recebidas nos dez anos anteriores à aposentadoria

Como é a proposta aprovada na Câmara

Incorpora o valor médio do bônus recebido em todo o período laboral

Como é a proposta em tramitação no Senado

Igual à do governo, só que está em uma PEC que precisará retornar à Câmara

sua assinatura pode valer ainda mais

Focado em afrouxar regras, Congresso não define limite de gastos eleitorais de 2020

Omissão pode resultar em campanhas favoráveis a candidatos ricos ou obrigar TSE a fixar norma

20.set.2019 às 2h00

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/20/>)

Ranier Bragon

BRASÍLIA Concentrado na análise de medidas para afrouxar a transparência e o controle sobre partidos (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/entenda-a-reviravolta-da-minirreforma-eleitoral-no-congresso-e-o-que-pode-acontecer.shtml>), o Congresso acabou não aprovando o limite de gastos de campanha (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/veja-como-funciona-o-financiamento-eleitoral-pelo-mundo-e-compare-paises.shtml>) para os candidatos a prefeito e a vereador nas eleições do ano que vem.

O prazo para que isso seja feito para valer na disputa de 2020 vence no próximo dia 3 —seria preciso aprovação pela Câmara, pelo Senado e sanção do presidente Jair Bolsonaro (PSL)—, mas parlamentares ouvidos afirmaram não haver, por ora, mobilização para essa votação.

Caso isso se confirme, há dois cenários possíveis.



Plenário da Câmara dos Deputados durante votação do projeto que altera a lei eleitoral - Pedro Ladeira - 18.set.2019/Folhapress

O primeiro é o de que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) defina esses limites, mas, não havendo lei específica sobre o tema, a corte possivelmente ficará sujeita a críticas de possível inconstitucionalidade e de estar assumindo inadequadamente o papel de legislador.

O segundo cenário é o de que as eleições sejam realizadas sem teto de gastos, beneficiando candidatos ricos — que irão se autofinanciar— ou mais bem aquinhoados com as verbas públicas de campanha, cuja distribuição é feita a critério das cúpulas partidárias.

Essa última opção colocaria as eleições de volta ao que ocorria até 2015, quando as empresas ainda estavam autorizadas a financiar as campanhas políticas.

Naquele ano, o Supremo Tribunal Federal proibiu as doações empresariais (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1683012-stf-proibe-doacoes-de-empresas-para-campanhas-eleitorais-e-partidos.shtml>) justamente sob o argumento de que o poderio econômico

conspirava contra os pilares democráticos ao tirar o necessário equilíbrio de forças na disputa.

"Se tivesse um acordo entre Câmara e Senado, poderíamos votar na semana que vem [nas duas Casas], mas o Senado está muito desconectado. Eu acho que não dá mais tempo e vai ficar para o TSE", disse o deputado Paulo Pereira da Silva (Solidariedade-SP), um dos coordenadores do projeto de alterações eleitorais aprovado pelo Congresso nesta semana.

Nas últimas eleições municipais, em 2016, vigorou a regra de que cada candidato a prefeito ou vereador poderia gastar no máximo 70% do valor da eleição mais cara de sua cidade quatro anos antes.

Em São Paulo, o teto ficou em R\$ 45,4 milhões para prefeito (1º turno) e R\$ 3,2 milhões para vereador.

Essa regra foi revogada pela minirreforma eleitoral de 2017, que definiu tetos para as eleições de 2018, mas não para as de 2020.

Nas últimas semanas, deputados e senadores se concentraram na votação de alterações na legislação eleitoral (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/entenda-a-reviravolta-da-minirreforma-eleitoral-no-congresso-e-o-que-pode-acontecer.shtml>), mas apenas de pontos para reduzir obrigações, controle e punições sobre partidos e candidatos.

Após forte pressão contrária, os congressistas abandonaram alguns pontos, mas outros foram mantidos, entre eles alguns que dão mais brechas ao caixa dois, segundo especialistas.

O texto acabou sendo aprovado de forma definitiva na quarta (18) (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/camara-aprova-versao-light-de-projeto-que-afrouxa-lei-eleitoral.shtml>) e seguiu para sanção ou veto de Bolsonaro.

"Teto de gastos compreende doações, recursos próprios, fundos públicos, a soma de todos os valores que cada candidato a vereador ou prefeito pode usar na campanha. A ausência desse limite permitiria que pessoas com melhores condições econômicas fizessem uma campanha muito superior à de outros candidatos. É preciso haver uma linha de corte para que haja

equilíbrio e todos possam gastar o mesmo valor", afirma o ex-ministro do TSE Henrique Neves.

Segundo ele, caso o Congresso não aprove a regra, eventual ação do TSE será de grande complexidade. "Sem lei, será difícil achar uma solução."

Desde que as empresas foram proibidas de fazer doações, o financiamento dos candidatos (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/veja-como-funciona-o-financiamento-eleitoral-pelo-mundo-e-compare-paises.shtml>) sai dos cofres públicos (fundos que distribuirão pelo menos R\$ 2,7 bilhões em 2020), de doações de pessoas físicas (em muitos casos executivos de empresas são esses doadores) e do bolso dos próprios candidatos.

"Ainda que o TSE venha a disciplinar essa questão, a falta de legislação aprovada pelo Congresso para estabelecer o teto nominal de gastos de campanha para 2020 provocará grande insegurança jurídica, abrindo margem para diversos questionamentos judiciais", afirma o cientista político Marcelo Issa, diretor-executivo do movimento Transparência Partidária.

Segundo ele, a "omissão do Congresso a esse respeito favorece as lideranças partidárias, tende a aumentar a vantagem dos detentores de mandato, dificultando também a eleição de novos entrantes".

Issa diz que essa é mais uma sinalização "de que as preocupações principais dos congressistas parecem ser menos com o equilíbrio e a integridade do processo eleitoral e mais com o afrouxamento das sanções aplicáveis, assim como dos mecanismos de transparência e combate à corrupção".

Nesta quinta-feira (19), o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ) afirmou que a nova versão do projeto que afrouxa as regras eleitorais ficou melhor que a proposta original

(<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/maia-diz-que-projeto-que-afrouxa-lei-eleitoral-e-avanco-e-nega-brecha-para-caixa-2.shtml>).

"Foi aprovado um texto que melhorou em relação ao texto inicial da Câmara dos Deputados. Tiramos as principais polêmicas. Outras ainda existem. Cabe

ao presidente [Bolsonaro] agora decidir o que sanciona e o que veta. Entendemos que a maior parte do texto representa um avanço”, disse Maia.

O texto, que foi rejeitado quase na íntegra pelos senadores, acabou sendo reabilitado e aprovado pelos deputados por 252 votos contra 150.

Apesar de alguns recuos, permaneceram pontos que diminuam o controle sobre o uso das verbas públicas pelas legendas, incluindo a liberação para pagamento de multas eleitorais, compra de sedes partidárias e de passagens aéreas até para não filiados.

Ficou mantida também a permissão da contratação de consultoria contábil e advocatícia para ações de interesse partidário relacionadas exclusivamente ao processo eleitoral, sem que isso conte para o limite de gastos das campanhas. Segundo especialistas, isso amplia as brechas ao caixa dois.

“Os recursos serão contabilizados, no escritório de advocacia, por exemplo. Então não tem caixa dois. O que está contabilizado não é caixa dois. Você pode dizer que esse não foi o melhor encaminhamento, tudo bem. Agora, caixa dois não é de jeito nenhum”, afirmou Maia.

Colaborou **Eduardo Cucuolo**, de São Paulo

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711>) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Governo Bolsonaro discorda de relatório sobre Fundeb e pode mandar texto próprio

Ministro diz que governo foi pego de surpresa por relatório, mas que está aberto a diálogo

19.set.2019 às 18h30

Paulo Saldaña

BRASÍLIA O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que o governo Jair Bolsonaro (PSL) discorda do texto apresentado na Câmara sobre a renovação do <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/proposta-para-fundo-de-educacao-preve-gasto-maior-da-uniao.shtml> **Fundeb** <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/proposta-para-fundo-de-educacao-preve-gasto-maior-da-uniao.shtml>), que prevê um salto na complementação da União de 10% para 40%. Segundo Weintraub, o governo estuda encaminhar um texto substitutivo próprio.

"A gente considera que proposta da Professora Dorinha [deputada do DEM-TO]fere o equilíbrio fiscal", disse o ministro nesta quinta-feira (19) em entrevista coletiva. "A gente vai buscar outra solução, estamos abertos ao diálogo."

Weintraub esteve nesta quinta com o ministro da Economia, Paulo Guedes <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/vamos-procurar-alternativas-diz-guedes-sobre-cpmf.shtml>), e também já conversou com o chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, para tratar do assunto. O envio de um texto de autoria do governo é uma das opções, segundo o ministro.

O relatório final sobre a renovação do Fundeb foi apresentado nesta quarta (18) na comissão especial que analisa o tema na Câmara pela relatora

Dorinha. O MEC convocou uma entrevista coletiva nesta quinta para, segundo Weintraub, deixar claro que o governo não apoia essa proposta.

O Fundeb reúne impostos de estados e municípios

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/08/fundo-bilionario-da-educacao-vence-em-2020-e-congresso-revisa-criterio-de-distribuicao.shtml>), e a complementação da União integra a distribuição entre estados (e respectivos municípios) que não atingiram um valor mínimo a ser gasto por aluno. O fundo é o principal mecanismo de financiamento à educação básica, responsável por mais de 40% do que é gasto na etapa.

O mecanismo vence em 2020. O Congresso analisa sua renovação e caminha para torná-lo permanente ao incluí-lo na Constituição.

O texto da relatoria prevê que a complementação suba para 15% em 2021 e depois progrida 2,5 pontos percentuais a cada ano até alcançar 40%. Esse percentual converge com duas propostas que tramitam no Senado e reflete um esforço de aproximar as redações para garantir uma aprovação mais célere.

O Ministério da Educação e a área econômica do governo defendem uma complementação de até 15%, a ser alcançada de forma escalonada, sob o argumento de que esse percentual seria mais realista para as contas públicas. A ideia é que se aumente em 1 ponto percentual a cada ano.

"Estamos dispostos a gastar mais em educação, mas tem de ser dentro de critérios", diz Weintraub.

Em 2019, a complementação da União ficou em R\$ 14,3 bilhões. Caso o texto seja aprovado, esses recursos teriam um aporte, ao chegar a 40%, da ordem de R\$ 43,2 bilhões no ano (ao levar em conta os dados de 2019, e desconsiderando o crescimento).

A renovação do Fundeb tem sido tratada no parlamento como uma das prioridades legislativas do ano, uma vez que as redes têm forte dependência do mecanismo. A gestão Bolsonaro só entrou na discussão de modo oficial em junho <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/governo-ainda-nao-tem-posicao-sobre-fundo-para-o->

[ensino-basico.shtml](#)), quando encaminhou ofício para a deputada Dorinha com o posicionamento do governo.

Weintraub disse que o governo foi pego de surpresa com o relatório. A primeira versão do texto da Câmara já previa um complementação de 30%.

O texto de apresentação do relatório cita os royalties da exploração do petróleo como uma das possíveis origens de recursos. O ministro disse discordar da inclusão desse ponto, porque haveria incertezas sobre os recursos disponíveis.

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) estimou, em audiência na Câmara, arrecadação anual em torno de R\$ 60 bilhões nos próximos cinco anos, entre royalties e participações especiais. Mas a origem dos recursos deve ficar para uma lei complementar.

A Proposta de Emenda à Constituição precisa ser votada nesta comissão especial, passar pelo plenário da Câmara e, em seguida, seguir para o Senado. Há, portanto, espaço para alterações.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711>) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/governo-bolsonaro-discorda-de-relatorio-sobre-fundeb-e-pode-mandar-texto-proprio.shtml>

OPINIÃO

PAULO FELDMANN

Reforma tributária precisa taxar a riqueza

Novas alíquotas podem reduzir a desigualdade

20.set.2019 às 2h00

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/20/>)

Paulo Feldmann

É muito preocupante que o foco principal da reforma tributária (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/reforma-tributaria/>) em discussão no Congresso não seja a péssima distribuição de renda no nosso país. Claro que diminuir a burocracia, eliminar a imensidão de tributos e garantir mais recursos para estados e municípios são todos temas muito importantes, mas reduzir a (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/sociedade-precisa-se-convencer-do-problema-que-e-a-desigualdade-diz-martin-wolf.shtml>) desigualdade (<https://www1.folha.uol.com.br/especial/2019/desigualdade-global/>) é fundamental (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/sociedade-precisa-se-convencer-do-problema-que-e-a-desigualdade-diz-martin-wolf.shtml>), e o melhor mecanismo para isso seria uma taxaçoão mais justa do Imposto de Renda (<https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/imposto-de-renda/>). Não podemos perder essa oportunidade.

São raros os países do mundo como o nosso, (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/dinamica-da-desigualdade-ajuda-a-explicar-vitoria-de-bolsonaro-diz-economista.shtml>) onde um quarto da renda total existente fica nas mãos de apenas 1% da população. É vergonhoso, mas estamos na lista dos dez piores países do mundo em matéria de distribuição de renda (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/desigualdade-de-chances-no-brasil-caiu-mas-segue-em-nivel-lamentavel.shtml>). Pior é quando verificamos que nossos colegas de lista são quase

todos países africanos muito pobres. Somos o único país economicamente relevante a figurar nesse ranking.



O professor de economia da USP Paulo Feldmann - Reinaldo Canato - 30.nov.18/Folhapress

Em um momento de discussões é vital que nossos parlamentares examinem os sistemas tributários que prevalecem em outros países. Assim vão constatar que uma regra seguida por todos é que quanto mais rica a família maior a taxaço e, conseqüentemente, o imposto pago.

Infelizmente, não é o que acontece por aqui, onde as famílias muito ricas ganham acima de R\$ 320 mil por mês e pagam uma taxa efetiva de apenas 6% sobre o que recebem —enquanto isso, uma família classe média, com renda em torno de R\$ 20 mil por mês, paga mais que o dobro, ou seja, 13% de imposto.

O problema se deve ao fato de que a grande maioria da classe média e dos mais pobres vive de seus salários, enquanto os muito ricos vivem do lucro de suas empresas e dos dividendos obtidos com aplicações no mercado de capitais. Acontece que, no Brasil, ao contrário da grande maioria dos países,

lucros e dividendos são taxados somente no Imposto de Renda das empresas.

Há mais injustiças: o principal imposto no Brasil é o ICMS

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/reforma-tributaria-dos-estados-reduz-participacao-federal-na-arrecadacao.shtml>), que é estadual e recai sobre todos os produtos e serviços.

Medicamentos, por exemplo, pagam uma alíquota de 18% e são consumidos por ricos e pobres. Mas, para o pobre, ao contrário do rico, o sacrifício para pagar esse imposto é enorme. É injusto, e é por isso que nos países desenvolvidos o Imposto de Renda é sempre a principal fonte de arrecadação dos governos. Ao não fazê-lo, o sistema tributário brasileiro perpetua a desigualdade. Nessa nova reforma isso poderia ser facilmente corrigido.

A outra discrepância está no imposto sobre herança

(<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/06/discutir-o-imposto-sobre-herancas.shtml>). O Brasil ostenta uma das mais baixas alíquotas no mundo para o mesmo. Heranças no Brasil são tributadas pelos governos estaduais, e sobre elas incide um imposto de apenas 4%, ou um décimo do valor da alíquota do Reino Unido, onde esse tributo é um dos mais importantes. Assim mesmo, no Brasil, em 2016, os governos estaduais arrecadaram com ele R\$ 7,2 bilhões. Se a alíquota fosse a mesma do Reino Unido e o imposto passasse a ser federal, teríamos uma arrecadação de R\$ 72 bilhões, mais da metade do déficit fiscal anual do ano passado.

Segundo relatório do banco Credit Suisse (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/10/brasil-perde-36-mil-milionarios-em-um-ano-por-desvalorizacao-cambial-e-crise.shtml>)

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/10/brasil-perde-36-mil-milionarios-em-um-ano-por-desvalorizacao-cambial-e-crise.shtml>), divulgado por esta **Folha** em 18 de outubro de 2018, havia no Brasil 154 mil adultos que possuíam um patrimônio pessoal de mais de US\$ 1 milhão. Suponhamos, conservadoramente, que esse patrimônio seja, em média, de US\$ 2 milhões. Isso significaria um patrimônio total de R\$ 1,2 trilhão. Um imposto de apenas 2% sobre essa riqueza daria ao governo uma arrecadação adicional de R\$ 24 bilhões. Somando-se um novo imposto sobre herança com um pequeno imposto sobre riquezas teríamos cerca de R\$ 96 bilhões, o que por si só seria suficiente para eliminar nosso déficit fiscal anual.

Os exemplos acima servem para mostrar que não é tão difícil promovermos justiça fiscal condizente com um país que pretende combater a desigualdade.

Taxar os ricos e as grandes fortunas nos tornará um país um pouco mais justo e abrirá caminho para o efetivo desenvolvimento de milhões de brasileiros que hoje sobrevivem com migalhas e esmolas —as quais chamamos de programas sociais.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui \(https://login.folha.com.br/newsletter\)](https://login.folha.com.br/newsletter)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store \(https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711\)](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) ou na [Google Play \(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR\)](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/reforma-tributaria-precisa-taxar-a-riqueza.shtml>

Veículo: G1	
Data: 19/09/2019	Caderno: Economia



O preço dos combustíveis no Brasil na comparação internacional

Petrobras anunciou que aumento na gasolina e no diesel entra em vigor nesta quinta-feira; reajuste ocorre depois da disparada na cotação do barril de petróleo no mercado internacional devido a ataques à Arábia Saudita no último fim de semana.

Por BBC

19/09/2019 15h13 Atualizado há 20 horas



Segundo especialistas, governo deveria usar receita arrecadada com tributos incidentes sobre gasolina e diesel para estimular investimento em formas de energia que geram menos poluição — Foto: PA

Contrariando o que havia informado antes, **a Petrobras anunciou que vai aumentar o valor da gasolina e do diesel.** O aumento, que passa a vigorar a partir desta quinta-feira (19/09), será, em média, de 3,5% e 4,2%, respectivamente.

A gasolina terá uma alta média de R\$ 0,0596 em seu preço nas refinarias e o diesel, de R\$ 0,0916.

O aumento ocorre depois da **disparada na cotação do barril de petróleo no mercado internacional** devido aos ataques à Arábia Saudita, maior exportador mundial, no fim de semana. O repasse para o consumidor vai depender da distribuição e dos postos de revenda.

Na segunda-feira, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que a **Petrobras** não ajustaria os preços. Em seguida, **a estatal comunicou ao mercado** que havia decidido "acompanhar a variação do mercado nos próximos dias e não fazer um ajuste de forma imediata".

No entanto, dois dias depois, a companhia anunciou o aumento. O último reajuste no preço da gasolina havia sido no dia 5 deste mês. Já o do diesel, na sexta-feira (13). Desde junho, a política de preços da Petrobras não tem periodicidade pré-definida para aplicação de reajustes.

Ranking internacional

Afinal, como o Brasil se posiciona em relação a outros países no quesito do preço dos combustíveis?

O aumento anunciado pela Petrobras não deve afetar significativamente a posição do Brasil no ranking internacional dos países que mais cobram por esses produtos.

Isso porque, como essa comparação dos preços é feita em dólar, **a recente valorização da moeda americana em relação ao real** acaba amortizando essa variação para cima tanto da gasolina quanto do diesel.

O Brasil continua, assim, a ocupar posições intermediárias no ranking do site Global Petrol Prices, que usa como referência os preços praticados pela Petrobras.

Até o dia 16 de setembro — últimos dados disponíveis —, **o Brasil ocupava o 94º lugar no ranking de 164 países com gasolina mais cara no mundo: US\$ 1,05**. Na dianteira, estavam Hong Kong, Mônaco e Barbados, nessa ordem. Os países com gasolina mais barata eram Sudão, Cuba e Venezuela.

Em relação ao diesel, o Brasil era o 106º dos 163 países do ranking. O diesel mais caro era encontrado, respectivamente, em Hong Kong, Mônaco e Islândia. O mais barato, em Cuba, no Irã e na Venezuela.

Vale lembrar, contudo, que o ranking é baseado nos valores dos combustíveis em dólar — e não leva em conta o poder de compra dos países listados.

Assim, ainda que o Brasil ocupe posições intermediárias, o peso real do combustível no bolso do consumidor brasileiro é muito maior do que em muitos países desenvolvidos — onde a gasolina e o diesel são mais caros, mas o salário mínimo também tende a ser maior.

Os preços dos combustíveis variam inclusive dentro do Brasil.

O preço médio da gasolina em setembro foi de R\$ 4,30 por litro, mas variou de R\$ 3,56 a R\$ 5,80 em diferentes partes do país.

Já o do diesel foi de R\$ 3,54, variando de R\$ 3 a R\$ 4,95.

Os dados são do sistema de levantamento de preços da Agência Nacional do Petróleo (ANP), em pesquisa com mais de 23 mil postos no país.

Em entrevista à BBC News Brasil em maio deste ano, Fernanda Delgado, doutora em Planejamento Energético e coordenadora de pesquisa do centro de estudos FGV Energia, explicou que a diferença entre as regiões se deve principalmente à variação da alíquota do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que é definida por Estado.

"Dentro do país você tem diferenças por causa da tributação de ICMS. O Rio de Janeiro tem a gasolina mais cara do Brasil porque o ICMS sobre a gasolina é de mais de 30%. É um dos percentuais mais altos de ICMS que você tem no país inteiro e isso dá diferença muito grande em relação a outros Estados", disse.

Mas seria possível reduzir o preço dos combustíveis?

Atualmente, a Petrobras adota uma política de reajuste de preços de diesel e gasolina sem periodicidade definida.

Mas, sem uma considerável queda no preço internacional do petróleo, dois cenários poderiam reduzir o preço dos combustíveis no Brasil de forma instantânea.

Um deles é a intervenção no preço praticado pela Petrobras — vista como medida indesejável por quem defende a autonomia da empresa em relação ao governo, já que compromete o caixa da empresa e é uma sinalização ruim para os investidores.

Entre 2014 e 2017, a Petrobras acumulou mais de R\$ 70 bilhões em prejuízos, resultados que são atribuídos não só aos desvios por corrupção revelados pela Operação Lava Jato, mas também à política de preços controlados.

O governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) foi criticado por congelar preços em períodos de aumento do preço do petróleo, como medida para tentar controlar a inflação.

Logo nos primeiros meses de governo, **o presidente Jair Bolsonaro também interveio na política de preços da Petrobras**, ao determinar que a estatal suspendesse um aumento no diesel. No dia seguinte, **a queda de mais de 8% nas ações da empresa** fez a petroleira **perder R\$ 32,4 bilhões em valor de mercado**.

Outro cenário para a redução do preço do combustível no curto prazo seria a redução dos tributos, o que parece pouco provável no Brasil, onde tanto o governo federal quanto a maioria dos estados estão com as contas comprometidas.

Atualmente, os tributos federais sobre combustíveis têm as seguintes proporções: 9% do preço final do diesel e 15% do valor da gasolina. No entanto, a maior parcela de tributo é estadual: o ICMS corresponde, em média, a 15% do preço final do diesel e 29% da gasolina, segundo dados da Petrobras.

Isso significa que, em média, a cada R\$ 10 gastos com gasolina no Brasil, R\$ 4,40 são de tributos. No diesel, a cada R\$ 10 em compra, R\$ 2,40 são referentes aos tributos.

Combustíveis mais verdes

O ideal, segundo especialistas ouvidos pela BBC News Brasil, seria que o governo conseguisse usar a receita arrecadada com os tributos incidentes sobre esses combustíveis para estimular o investimento em formas de energia que geram menos poluição.

É o caso, por exemplo, da Noruega, que figura entre os países com combustíveis mais caros, apesar de ser a maior produtora e exportadora de petróleo e gás da Europa ocidental.

O preço alto vem de uma alta tributação para desestimular o consumo de combustível fóssil. O país é frequentemente acusado de hipocrisia em sua política ambiental: ao mesmo tempo em que é conhecido como exemplo na proteção do meio ambiente, é um dos principais exportadores de petróleo e gás do mundo.

Outro cenário capaz de reduzir o preço dos combustíveis seria estimular a competição na cadeia de produção. A Petrobras detém praticamente o monopólio do mercado de refino do país, por exemplo.

Mas, em junho, a estatal assinou um acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que prevê a venda de oito das suas 13 unidades de refino, o que corresponde a cerca de 50% de sua capacidade. O acordo encerrou uma investigação do órgão regulador sobre possível prática de abuso de posição dominante pela Petrobras no segmento.

O Cade havia aberto inquérito para investigar se a Petrobras abusava de sua posição dominante no setor, já que a estatal detém 98% do mercado de

refino do país. O objetivo era apurar se a Petrobras estaria usando sua posição para manipular o preço dos combustíveis e evitar a entrada de novos concorrentes.

Pelo acordo, a Petrobras tem de realizar a venda das refinarias até 2021. O plano prevê, além do desinvestimentos em ativos relacionados a transporte de combustíveis, na BR Distribuidora, a venda de oito refinarias: Abreu e Lima (RNEST), Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), Landulpho Alves (RLAM), Gabriel Passos (REGAP), Presidente Getúlio Vargas (REPAR), Alberto Pasqualini (RFAP), Isaac Sabbá (REMAN) e Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (LUBNOR). Além disso, as refinarias RLAM, RNEST, REPAR, REFAP e REGAP não poderão ser adquiridas por um mesmo comprador ou empresas de um mesmo grupo econômico por serem considerados como potencialmente concorrentes.

"O cronograma e o cumprimento dos compromissos assumidos junto ao Cade serão acompanhados por um agente externo, a ser contratado pela Petrobras, segundo especificações a serem estabelecidas em comum acordo", disse a Petrobras em comunicado ao mercado na ocasião.

Sobre a formação de preços, a estatal diz que "como a lei brasileira garante liberdade de preços no mercado de combustíveis e derivados, as revisões feitas pela Petrobras podem ou não se refletir no preço final, que incorpora tributos e repasses dos demais agentes do setor de comercialização:

distribuidores, revendedores e produtores de biocombustíveis, entre outros."

Veículo: Metro1	
Data: 19/09/2019	Caderno: Política



Política

Mourão diz que superar crise fiscal é única forma de retomar crescimento no Brasil

De acordo com ele, a primeira medida a ser aprovada é a reforma da Previdência



Foto: Romério Cunha/VPR

Por **Lara Curcino** no dia 19 de Setembro de 2019 · 19:30

O vice-presidente Hamilton Mourão afirmou hoje (19) que a única maneira de retomar o crescimento do país é superar a crise fiscal por meio do ajuste das contas públicas e que a primeira medida a ser aprovada é a reforma da Previdência.

“Todos estão conscientes de que o sistema previdenciário que nós tínhamos era uma pirâmide, na qual nós que somos mais velhos vamos receber e os mais novos vão trabalhar até o túmulo e não vai ter aposentadoria para eles”, disse ele durante palestra para empresários em São Paulo (SP). A informação é da Agência Brasil.

De acordo com Mourão, o novo sistema de aposentadoria deve ser aprovado até o dia 18 do próximo mês, o que é uma grande vitória, segundo ele, porque ninguém acreditava que o texto iria ser aceito ainda neste ano.

“É uma vitória porque vai dar previsibilidade ao nosso orçamento com relação à questão previdenciária, que é o que não era mais previsível, porque todo ano avança o gasto previdenciário, espremendo as demais despesas.”

Veículo: O Globo	Online
Data: 20/09/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Governo descarta suspender o reajuste do salário mínimo

Ideia chegou a ser cogitada para conter gastos. Redução de salário de servidor e suspensão do abono ainda estão em análise

Equipe econômica desiste de congelar piso nacional. Redução de salário do servidor e suspensão do abono estão em análise. O governo descartou a possibilidade de congelar o salário mínimo para conter o crescimento de despesas obrigatórias. A ideia chegou a ser considerada por técnicos da equipe econômica e parlamentares que elaboram uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para revisar as regras fiscais. O Ministério da Economia afirmou ontem, no entanto, que o plano não faz parte das medidas de ajuste em estudo. A pasta informou ainda que também está fora de cogitação mexer nas regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC), aposentadoria paga a idosos de baixa renda.

Até semana passada, estava em estudo um plano para retirar da Constituição a obrigatoriedade de reajustar o piso nacional ao menos pela inflação. Hoje, a Carta prevê que o salário mínimo deve ter “reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo”. Com a alteração constitucional, essa exigência seria suspensa. Segundo o deputado Felipe Rigoni (PSB-ES), que será indicado para relatar a PEC quando o texto chegar à Comissão Especial, o congelamento seria temporário, por no máximo dois anos, e poderia gerar uma economia de R\$ 77 bilhões no período. Esse dispositivo não chegou a ser incluído formalmente na PEC, de autoria do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ).

O texto em discussão, porém, prevê outros gatilhos para reduzir os gastos e liberar dinheiro para investimentos. Uma das possibilidades é permitir que o governo reduza salários de servidores, com cortes proporcionais na carga horária, o que pouparia cerca de R\$ 8 bilhões por ano. Outra medida em análise é suspender o pagamento do abono salarial, com economia estimada de R\$ 16,6 bilhões. Essas restrições seriam ativadas por causa do descumprimento da chamada regra de ouro, que proíbe o governo de se endividar para pagar despesas correntes. A regra foi descumprida neste ano e será novamente no ano que vem.

O governo busca formas de flexibilizar o Orçamento, já que a maior parte dos recursos está carimbada. Para o ano que vem, 94% das despesas são obrigatórias ou estão vinculadas a alguma finalidade. Com isso, o governo terá R\$ 89,1 bilhões para investir e custear a máquina pública. Desse montante, apenas R\$ 19,3 bilhões serão destinados aos investimentos, de acordo com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) encaminhado ao Congresso no fim de agosto.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem dito que quer aumentar o espaço para investimento sem quebrar outra regra fiscal, a do teto de gastos, que impede que as despesas públicas cresçam mais que a inflação. Guedes afirma que o objetivo não é furar o teto, mas sim “quebrar o piso”, em uma referência à redução das despesas obrigatórias.

Veículo: O Globo	Online
Data: 20/09/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

A nova economia é circular

Ao ligar as duas pontas da cadeia —extração de recursos e descarte dos produtos — a indústria promove benefícios ambientais e sociais



Utilização de material reciclado em produtos da HP cresceu de 12% para 22% em 10 anos

Serviços de compartilhamento de carros e imóveis. Camisetas criadas para, no momento do descarte, servirem como adubo. Impressoras produzidas com plástico retirado dos oceanos. Centros de reciclagem integrados às fábricas, que devolvem componentes para serem reaproveitados. O que todas essas iniciativas têm em comum? Elas fazem parte de um amplo movimento que está revolucionando a maneira como a humanidade produz e consome. Trata-se da economia circular.

“A economia circular consiste na criação de processos que permitam o reaproveitamento não só dos produtos, como dos insumos agregados à produção”, afirma a diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mônica Messenberg. “É preciso acabar com o que chamamos de lixo, considerando todo material inserido em nossa sociedade como recurso útil e reutilizável.”

NOVA PERSPECTIVA

A economia circular se contrapõe à economia linear, construída há mais de dois séculos, durante a Revolução Industrial, e que funciona assim: as empresas extraem e transformam. Os clientes, por sua vez, consomem e descartam, e voltam a consumir novos produtos. O resultado é, numa ponta, a exploração dos recursos naturais, num ritmo mais acelerado do que a capacidade de reposição e, na outra, a geração de montanhas de lixo.

Ao unificar as pontas da cadeia de geração e consumo de bens, a economia circular tem a capacidade de revolucionar toda a economia, com impactos positivos para o meio ambiente e a sociedade como um todo. Isso porque esse novo modo de produzir e consumir amplia as formas de extrair matéria-prima, que se torna mais criteriosa e consciente — com foco total

na reciclagem e no uso de resíduos como fonte de novos produtos. As indústrias engajadas na economia circular já produzem utilizando menos água e gerando uma menor quantidade de substâncias poluentes. Além disso, há uma interação com as comunidades do entorno e o estímulo ao consumo consciente e o descarte adequado.

A CNI vem fazendo um grande esforço para ampliar a adoção e criar um movimento de mobilização, que envolva todas as esferas, incluindo governos, associações e empresas de todos os setores. “As políticas públicas brasileiras precisam ser ajustadas para estimular o reaproveitamento de resíduos e utilização de material reciclado”, afirma Mônica Messenberg, da CNI. A entidade defende a adoção de modelos de negócios que valorizem a funcionalidade do produto, a implantação de sistema de triagem de resíduos para reciclagem e a criação de espaços de interação e cooperação entre empresas que operam no mesmo território.

A demanda da CNI para o poder público é outra: reduzir os entraves para as práticas da economia circular. “É necessária uma articulação maior entre setor produtivo, governo e sociedade, além de uma aproximação com a academia.” Alguns setores estão mais preparados para aderir à economia circular, com grandes ganhos de desempenho: o eletroeletrônico, com a recuperação dos materiais e novos serviços; a construção civil, com a redução da quantidade de resíduos gerados; e todas as indústrias que utilizam plástico, com o fechamento de ciclos de forma a evitar o descarte inadequado.

No caso do setor eletroeletrônico, o maior desafio é garantir o reaproveitamento de plásticos e circuitos. “Para a HP, a economia circular alcança todo o ciclo de vida do produto, desde o material utilizado na fabricação até a reciclagem”, afirma Paloma Cavalcanti, gerente do programa de sustentabilidade da HP para a América Latina. No design, a empresa desenvolve produtos passíveis de atualização e de reparo e busca reaproveitar materiais — existem modelos produzidos com plástico retirado dos oceanos, por exemplo.

A empresa também aderiu ao produto como serviço. “Em vez de comprar impressoras, você paga por folha impressa”, explica Paloma Cavalcanti. “Assim conseguimos fazer uma manutenção adequada das impressoras, o que aumenta a longevidade e traz uma série de benefícios ambientais em relação a consumo de energia e à redução de geração de resíduos.” Tudo isso integrado a um programa de reciclagem que existe há dez anos. “Nossos produtos utilizavam 12% de material reciclado, hoje o índice é de 22%”, afirma a gerente. “Nossa meta é chegar a 32%.”

Veículo: O Globo	Online
Data: 20/09/2019	Coluna: Economia



Devem-se evitar intervenções nos preços da Petrobras

Interferência política na empresa prejudicará programa de venda de subsidiárias e o futuro da estatal

O monopólio estatal do petróleo, criado por Vargas em 1953 junto com a Petrobras, além de semear distorções no setor, fortaleceu, em políticos de esquerda e de direita, uma cultura intervencionista relacionada especialmente a tudo o que tem a ver com petróleo e energia em geral. Se a dupla Lula-Dilma, bem como governantes anteriores, se fartou de manipular preços de combustíveis para mascarar a inflação, o presidente Bolsonaro, do outro extremo da topografia ideológica, demonstra dificuldades em conviver com a autonomia da Petrobras na fixação dos preços nas refinarias.

Já declarou nessas suas entrevistas-relâmpago que a estatal decide o assunto, mas é visível sua dificuldade em conviver com esta liberdade administrativa. Parecido com a resistência à reforma da Previdência, principalmente no que toca a corporações militares e policiais.

Os efeitos do ataque de milícias do Iêmen a instalações da Arábia Saudita, retirando do mercado, de uma hora para outra, cerca de 5% do suprimento mundial de petróleo, testam Bolsonaro. Não se sabe se resistirá a impulsos de impedir a empresa de manter a paridade dos preços internos às cotações internacionais da matéria-prima, em obediência às boas práticas da indústria.

A primeira onda de choque do ataque no mercado elevou a cotação do barril em 20%. Houve um arrefecimento com previsões sauditas de que o país reperia em pouco tempo a produção perdida. Mas tudo continua instável.

No primeiro momento, a Petrobras nada fez, e não tinha mesmo sentido seguir automaticamente a explosão de preços, diante da total imprevisibilidade do quadro. Mas, na quarta-feira, foi anunciado pela estatal que ontem a gasolina subiria em média 3,5% e o diesel, 4,2%.

Informa-se que esta defasagem já existia, portanto não se deve ligar uma coisa com a outra. Mas, na segunda à noite, Bolsonaro garantira que não haveria reajuste. A torcida é para que ele seja bem-informado sobre o que aconteceu, porque uma intervenção extemporânea na política de preços dos combustíveis será desastrosa para a estatal e o país.

Pode-se compreender o cuidado do presidente com seu eleitorado de caminhoneiros — para os quais foi lançado um eficiente cartão de compra antecipada de diesel —, mas ele precisa, por sua vez, entender que, sem que os preços internos reflitam o mercado internacional de petróleo, não haverá interesse dos grupos privados em adquirir refinarias e entrar de maneira firme no setor de gás.

É essencial para a empresa e o país que a Petrobras reduza sua participação nessas ramificações da indústria do petróleo, para ter capacidade financeira de se dedicar com prioridade à rentável exploração do pré-sal. Mas para isso é preciso dar garantia de estabilidade regulatória aos investidores.

Veículo: O Globo	Online
Data: 20/09/2019	Coluna: Economia

Reforma pode prejudicar a arrecadação de municípios

Argumento é que união do ISS com outros impostos prejudicaria a arrecadação

Propostas de reforma tributária em discussão no Congresso podem causar prejuízos aos municípios, segundo estimativa da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), ao retirar das prefeituras autonomia para gerir seus impostos. O projeto que tramita na Câmara pode tirar R\$ 3 bilhões ao ano do Rio de Janeiro.

Considerada um instrumento essencial para destravar a economia e reduzir custos do setor produtivo, entre outros ganhos, a reforma tributária pode impor perdas bilionárias aos municípios, independentemente da proposta que avançar no Congresso. Segundo estimativa da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), o texto em análise no Senado causaria prejuízo de R\$ 910 bilhões em 15 anos a todas as cidades do país, ao retirar das prefeituras a autonomia de administração dos próprios impostos.

Enquanto isso, o projeto da Câmara preocupa principalmente grandes capitais, que veriam a receita encolher por causa da mudança da regra que define onde a tributação é feita, passando a beneficiar regiões de menor porte. Só a cidade do Rio teria um corte de R\$ 3 bilhões por ano. Em São Paulo, seriam R\$ 9 bilhões.

Enquanto há um consenso de que a simplificação tributária é crucial para garantir a retomada sustentável do crescimento econômico, os municípios fazem um alerta sobre o destino do Imposto Sobre Serviços (ISS), tributo municipal que arrecada R\$ 60 bilhões por ano. As duas propostas no Legislativo acabam com o tributo, que seria integrado ao chamado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), também conhecido como Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Como os textos ainda estão em tramitação, há espaço para que o texto seja aperfeiçoado, para equacionar essas perdas.

A estratégia dos prefeitos é concentrar as sugestões no projeto que está na Câmara. Na terça-feira, representantes se reúnem com parlamentares para sugerir emendas ao projeto. Entre as ideias está a criação de um fundo de equalização, para reduzir o prejuízo de municípios perdedores. Outra possibilidade é criar um sistema de abatimento da dívida pública municipal, para compensar eventuais perdas. O esforço é evitar que a queda de arrecadação seja compensada com aumento da carga tributária. A melhorada atividade com a simplificação de impostos pode ser uma surpresa positiva ao longo do processo, segundo especialistas.

No texto do Senado, o ponto crítico é o fim de um imposto de competência municipal. O projeto propõe que o ISS seja unificado ao ICMS estadual. Caberia aos estados arrecadar o tributo e repassar uma parcela fixa aos seus municípios. O problema é que, hoje, o ISS é considerado um imposto mais moderno, com maior capacidade de arrecadação que o ICMS. Assim, as prefeituras acabariam trocando um tributo melhor por um pior. Dessa diferença, surgiriam as perdas, de acordo com o estudo dos economistas José Roberto Afonso e Kléber Castro, que prepararam dados para a FNP.

Nesse caso, há espaço para negociação, pois o relatório da proposta, apresentado nesta semana pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA), separou o processo de unificação de impostos federais da fusão entre ICMS e ISS. O imposto só começaria a valer após um projeto de lei complementar que apresente um terço dos estados e municípios.

O texto da Câmara preserva a autonomia dos municípios, mas preocupa por prever a troca de local onde o imposto é recolhido. Hoje, o ISS é cobrado na cidade onde o serviço é prestado. Já o IBS seria pago onde o produto ou serviço for consumido.

Na prática, isso afetaria cidades de maior porte. Na estimativa da FNP, as cidades com mais de 2,5 milhões de habitantes registrariam perdas de R\$ 13,2 bilhões por ano. Municípios com população abaixo de 10 mil pessoas veriam a arrecadação crescer em R\$ 2 bilhões.

Na avaliação de Kléber Castro, embora possa indicar uma melhor alocação de recursos, essa redistribuição pode causar distorção na economia. O arranjo poderia fazer com que o dinheiro seja destinado para onde há menos necessidade de gastos públicos.

— O fato de uma cidade grande ser rica em termo de Orçamento se reflete por ela ter uma demanda por recursos muito elevada. São Paulo tem uma demanda por serviços de educação, saúde e transporte fora de comparação com qualquer outra cidade do Brasil — afirma o especialista.

Esse debate está no radar de parlamentares e técnicos, que consideram que a disputa política por mais dinheiro será um ponto importante na discussão da reforma tributária. Autor do estudo que inspirou o projeto em análise pelos deputados, o economista Bernard Appy afirma que será necessário chegar a um acordo para mitigar perdas dos municípios. O tema foi alvo de audiência pública na Câmara semana passada.

— Na questão federativa, o que parece ser hoje o maior problema é a questão dos municípios de maior porte. Isso está claramente no radar do relator na Comissão Especial e provavelmente vai se buscar alguma solução — afirma o economista.

Appy pondera, no entanto, que a exclusão do ISS da reforma não seria a solução ideal. O economista defende que qualquer simulação leve em conta os efeitos positivos que uma simplificação tributária traria, inclusive aumento da arrecadação.

— Não faz sentido discutir um IVA com base restrita. Entendemos a preocupação, isso tem que ser considerado pela Comissão Especial, mas manter o ISS, para mim, do ponto de vista técnico, não é uma opção. Descaracterizaria completamente o objetivo da PEC.

SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na avaliação do advogado tributarista Heleno Torres, professor da USP, os municípios têm mais a perder do que a ganhar com as propostas apresentadas até agora.

— Os municípios precisam ficar muito atentos sobre os efeitos das propostas. Eles podem estar numa rota equivocada, pois os estados estão loucos para tributar serviços — diz o especialista, que teme aumento na sonegação, já que as cidades onde os serviços são prestados perderiam capacidade de controlar a cobrança.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), afirmou ontem que a reforma tributária é necessária para simplificar a cobrança de impostos. Ele voltou a defender que Senado, Câmara e governo cheguem a um consenso sobre um único projeto.

— É para ser uma reforma para simplificar a vida dos empreendedores brasileiros. Quem falar que a reforma tributária vai reduzir imposto está faltando com a verdade. A gente precisa simplificar, porque isso era uma mola propulsora para novos investimentos — disse Alcolumbre no programa “Brasil?”, organizado pelos jornais O GLOBO e Valor Econômico, com patrocínio da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

“Os municípios precisam ficar muito atentos aos efeitos das propostas. Eles podem estar numa rota equivocada, pois os estados estão loucos para tributar serviços” — Heleno Torres
Advogado tributarista

Veículo: O Globo	Online
Data: 20/09/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Tasso mantém gratificações na aposentadoria de servidores

Tasso cede a pressão e garante benefício, que deve ser estendido a estados. Governo calcula impacto para tentar derrubar mudança



Relatório. O senador Tasso Jereissati alega que medida é relevante para servidores e não afeta ganho fiscal da reforma

Relator da reforma da Previdência no Senado, Tasso Jereissati retirou do texto proposta que mudava regras de cálculo de vantagens.

Apesar de ter rejeitado 76 emendas para modificara reformada Previdência, o relator da reformada Previdência no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), cedeu ao lobby de categorias de funcionários públicos e retirou do texto dispositivo que trata da incorporação de gratificações (desempenho, produtividade e especialização por cursos realizados) na aposentadoria. A proposta enviada pelo governo e aprovada na Câmara dos Deputados mudava are grade cálculo dessas vantagens, que passariam a ser computadas com base na média dos anos em que elas foram recebidas pelo servidor e não na sua integralidade, como atualmente.

Hoje, há casos de servidores que são promovidos ou fazem especializações no fim da carreira para incorporar os adicionais e aumentar o valor da aposentadoria. Era isso que o governo buscava evitar com a mudança de regra, que foi retirada por Tasso.

Na última versão do relatório, apresentada ontem à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Tasso informou que pretende incluir o benefício das gratificações na chamada PEC paralela (Proposta de Emenda à Constituição), que inclui estados e municípios na reforma e ainda vai tramitar no Congresso. Com isso, todos os servidores —federais, estaduais e municipais —continuariam podendo incorporar as vantagens variáveis no cálculo da aposentadoria, ainda que elas tenham sido concedidas só nos últimos anos.

No parecer, Tasso alegou que o efeito da medida será nulo no ganho fiscal da reforma, de R\$ 876,7 bilhões em dez anos. Mas integrantes da equipe econômica avaliam que a modificação

terá impacto para a União e pretendem apresentar estimativas até terça-feira para atentar reverter a decisão.

RETOMADA DA CAPITALIZAÇÃO

O relator também alterou a redação do trecho que trata da criação de uma alíquota de contribuição mais baixa para trabalhadores informais. Ele substituiu “os que se encontram em situação de informalidade” por “trabalhadores de baixa renda”.

Em palestra no Rio, o secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, afirmou que o governo retomará “em breve” a proposta de implementar o regime de capitalização — no qual o trabalhador contribui para a própria aposentadoria:

— A reforma da Previdência é fundamental para o Brasil, mas não resolve o problema previdenciário como um todo. Para o nosso sistema ser de fato sustentável no longo prazo e sinalizar para as futuras gerações que ele é viável, precisaremos, em algum momento, implementar uma camada de capitalização. Os modelos escandinavos são um bom modelo.

Veículo: Política Livre	
Data: 19/09/2019	Caderno: Economia



Maílson defende PEC de Baleia Rossi e introdução de IVA na reforma tributária

O ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega criticou nesta quinta-feira, 19, a proposta de criar um tributo sobre movimentações financeiras na reforma tributária. O ex-ministro defendeu em palestra a reforma inserida na proposta de emenda constitucional (PEC) 45, proposta na Câmara pelo deputado federal Baleia Rossi (MDB-SP), que cria um imposto sobre valor agregado (IVA) nacional. “Imposto único (sobre transações financeiras) encanta quem não entende nada”, afirmou Maílson, em palestra durante uma mesa sobre reforma tributária no Fórum Nacional, organizado pelo economista Raul Velloso, no Rio. Para o ex-ministro, “seria uma catástrofe” introduzir um tributo sobre transações financeiras para concentrar a maior parte da arrecadação. Entre os problemas, Maílson destacou a cumulatividade, pois esse tipo de tributo formaria um “cascatao”, que pioraria a eficiência da economia nacional. “Por que nenhum país desenvolvido, dotado de centros universitários de alta qualidade, ninguém pensou nessa ideia?”, questionou Maílson, para em seguida lembrar que uma proposta nesse sentido, feita nos anos 1980, nos Estados Unidos, foi derrubada por um “parecer arrasador” do Fed. Idealizada por Bernard Appy, a reforma da PEC 45 cria o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), substituindo três tributos federais (IPI, PIS e Cofins), o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal. Maílson defendeu a criação de um IVA como forma de melhorar a eficiência e a competitividade da economia, ampliando o potencial de crescimento. Segundo o ex-ministro, reforma semelhante feita pela Índia em 2017 ampliou o potencial de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2 pontos percentuais e algo semelhante poderia ocorrer no Brasil.

Estadão

Tribuna

SALVADOR, TERÇA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2018 ANO XLVIII N 15436
CAPITAL R\$2,00

www.tribunadabahia.com.br

da Bahia

Receita já apreendeu mais de R\$ 23 mi em produtos

Mercadoria de origem estrangeira sem nota fiscal é o principal foco das apreensões. E entre os mais apreendidos estão os cigarros e as bebidas

LÍCIO FERREIRA
REPORTER

De janeiro até agosto deste ano, a Receita Federal, na Bahia, apreendeu em mercadorias descaminhadas mais de R\$23 milhões. Ano passado, no mesmo período, o valor superou a R\$54 milhões. Agora, em 2019 foram exatos R\$ 23.357.717,84, enquanto que ano passado, o valor foi de R\$ 54.731.691,82. A informação é do auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil, Marconi de Andrade Souza, que acrescenta: "Recentemente foram feitas apreensões de 35 toneladas de carga, no Porto de Salvador, de 847 quilos de cocaína, e mais de 12 armas de fogo (pistolas), na cidade de Feira de Santana".

Marconi de Andrade Souza informou, também, que, diariamente são feitas apreensões de eletroeletrônicos (partes e peças), brinquedos, óculos, vestuários. "Todas as cargas de origem estrangeira, sem prova de terem sido importadas regularmente (mercadorias descaminhadas - circulando no país sem o devido pagamento dos tributos) são apreendidas. E entre os produtos mais apreendidos estão os cigarros e as bebidas", esclarece.

O auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil informou que as mercadorias falsificadas - comprovadas mediante laudo do representante da marca - são totalmente destruídas. "As drogas e armas são entre-

gadas à Polícia Federal; as mercadorias impróprias para consumo, por falta de certificação dos órgãos anuentes ou por serem proibidas de importar ou exportar, (exemplos: brinquedo - Inmetro; bateria de celular - Anatel; cigarros estrangeiros) são destruídas". O auditor-fiscal informa ainda que mercadorias outras, como equipamentos, eletroeletrônicos, bebidas, que são próprias para uso e consumo, a destinação pode ser a doação, incorporação ou leilão.

DOAÇÃO

Em junho de 2017, a Inspeção da Receita Federal do Aeroporto Internacional de Salvador apreendeu, aproximadamente, quatro toneladas de mercadorias provenientes de Miami importadas irregularmente. Dentre os bens apreendidos, estavam equipamentos médicos de alto valor, além de componentes eletrônicos, computadores, smartphones de última geração, vinhos finos, suplementos alimentares, cosméticos, relógios de grifes famosas, roupas, óculos de sol, equipamentos de pesca e peças automotivas.

No mesmo ano em que a apreensão ocorreu, a Associação das Obras Sociais de Irmã Dulce (OSID) iniciou um processo de ampliação do Serviço de Oftalmologia e decidiu implantar uma residência médica nessa área. As vagas foram abertas, e os candidatos fizeram as provas, mas não havia equipamentos, apenas a expectativa de uma doação que seria feita por uma organização filantropi-



FISCALIZAÇÃO

Muitos dos produtos apreendidos, como equipamentos médicos, são doados



ca, mas que não se concretizou. Na semana em que os residentes chegaram ao hospital, a OSID recebeu da Receita Federal 18 equipamentos oftalmológicos avaliados em aproximadamente R\$ 400 mil. Outros nove equipamentos oftalmológicos, também apreendidos naquela carga de quatro toneladas e avaliados em R\$ 320 mil, foram doados para o Instituto de Cegos da Bahia.

FRENTES

"A fiscalização pela Receita Federal do Brasil, na Bahia, é feita em três frentes: no pré-despacho, antes da Declaração de Importação, que é feito com o controle sobre todas as cargas que chegam ao país; no despacho de Importação, quando o importador registra a Declaração de Importação; no pós-despacho, que é realizado no comércio, nas transportadoras, nas ruas, estradas, nas empresas (sempre onde tem circulação ou venda de mercadorias de origem estrangeira)", explica Marconi Andrade de Souza.

E o auditor-fiscal acrescenta: "Para cumprir suas tarefas a Receita Federal busca otimizar os recursos humanos com a utilização de critérios inteligentes de seleção, baseado na análise de risco, pesquisa e seleção, utilização de tecnologias disponíveis (ex. Scanner de contêineres, gerando imagens que são analisadas e interpretadas pela RF), aumentando a percepção de risco e acerto nas escolhas do que é fiscalizado e vistoriado", finaliza.

Quadrilha que aplicava golpe no INSS é desarticulada

Nove pessoas foram presas, entre elas idosos e deficientes que atuavam como "dublês"; cerca de 100 benefícios foram fraudados, um prejuízo de R\$ 4 mi

RAYLLANNA LIMA
REPÓRTER

Uma quadrilha que fraudava benefícios da Previdência Social foi desarticulada nessa quinta-feira (19) em uma operação conjunta entre a Polícia Federal e o Ministério da Economia. Nove pessoas foram presas, entre elas idosos e deficientes que utilizavam documentos falsos para conseguir a assistência financeira liberada pelo governo federal. Mais de 100 benefícios foram fraudados, provocando um rombo aos cofres públicos que ultrapassa a casa dos R\$ 4 milhões.

Detalhes sobre o esquema criminoso formado por estelionatários foram divulgados em coletiva à imprensa, realizada na sede da Superintendência Regional da Polícia Federal na Bahia. Para a operação, intitulada de Lama Preta, foram expedidos 23 mandados judiciais, sendo 12 de prisão preventiva e 11 de busca e apreensão em Salvador e outras cidades da região metropolitana, como Lauro de Freitas, Camaçari e Dias D'Ávila. Coordenador geral da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Marcelo Henrique de Ávila contou como foi possível chegar aos criminosos. Segundo ele, vários assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tinham o mesmo endereço, em Camaçari. A equipe achou suspeito e iniciou a investigação.

"Temos um núcleo de in-



Fotos: Romildo de Jesus

BALANÇO

Os resultados da Operação Lama Preta foram divulgados pela PF na manhã de ontem

teligência que fica monitorando permanentemente as ocorrências de fraude. Haviam vários benefícios no mesmo endereço. Benefícios assistenciais ao idoso e aos portadores de deficiência. Isso nos chamou a atenção. E, ao analisarmos a amostragem desses benefícios, identificamos que havia evidências de utilização de documentação falsas", disse. Segundo ele, não foram identificadas participações de servidores.

De acordo com o titular da Delegacia de Crimes Previdenciários (Deleprev), Marcelo Siqueira, dos 12 mandados de prisão, 9 foram cumpridos - três dos criminosos seguem foragidos. Todos os presos na

operação tinham passagem pela polícia por estelionato. Uma mulher integrante do grupo, inclusive, foi presa quatro vezes no ano passado.

O grupo criminoso criava documentações falsas de assegurados fictícios e convocavam idosos e pessoas com deficiência para receber o benefício, segundo informações do delegado Siqueira.

"Hoje conseguimos desbaratar esse grupo, que é formado basicamente por estelionatários com ampla passagem policial. Ao longo da operação, vimos que eles atuavam em outras frentes, em fraudes bancárias, empréstimos, lojas de departamento, tudo que eles pudessem angariar com a fraude. Um dos

benefícios fraudados era o da Prestação Continuada, que é pago para pessoas com mais de 65 anos de idade, em condição de vulnerabilidade social. Então, eles precisavam de pessoas idosas para sacar esse benefício, e esses indivíduos eram recrutados para que a fraude tivesse verossimilhança", detalhou o delegado.

Segundo a PF, os envolvidos responderão por diversos crimes, dentre eles integrar organização criminosa, estelionato previdenciário, uso de documento falso, falsidade ideológica e falsificação de documento público, com penas que, se somadas, podem chegar a mais de 30 anos de prisão.

EQUIPAMENTO

Nova Central de Regulação será entregue até dezembro

O secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, vistoriou ontem (19) as obras da Central Integrada de Comando e Controle da Saúde do Estado da Bahia. O equipamento está em fase de acabamento e será entregue pelo Governador Rui Costa até o final de 2019. O edifício, que abrigará a nova sede da Central Estadual de Regulação, incluirá também a central de inteligência da saúde, que irá monitorar e acompanhar todas as unidades, através de indicadores de desempenho da rede.

A central está sendo construída ao lado da sede da Secretaria da Saúde do Estado, no Centro Administrativo, conta com investimento superior a R\$ 7,7 milhões.

São três pavimentos em mais de 2,3 mil metros quadrados. O empreendimento é financiado pelo Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde na Região Metropolitana de Salvador (PROSUS) com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

De acordo com Fábio Vilas-Boas, o novo Centro, garantirá um salto na eficiência da gestão em saúde. "Será um centro moderno, gerando informações e dados para que possamos fazer um melhor gerenciamento dos recursos. Aqui os 417 municípios estarão interligados através da Central de Regulação para oferecimento de uma melhor assistência", explicou o Secretário.



VISITA

O secretário da Saúde, Fábio Vilas-Boas, vistoriou as obras



Inadimplência cresce 2% em agosto, dizem CNDL/SPC Brasil

VALOR ONLINE

O número de consumidores inadimplentes cresceu 2% em agosto, em relação a um ano antes, mesmo percentual verificado em julho, no mesmo tipo de comparação, segundo dados apurados pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil).

Na avaliação do SPC Brasil, embora o número de consumidores com nome sujo continue subindo no cálculo interanual, o ritmo ainda é de desaceleração da inadimplência, já que, em agosto de 2018, esse avanço havia sido de 3,6% contra um ano antes.

Com exceção de janeiro, todos os meses de 2019

registraram crescimento de inadimplência inferior ao registrado um ano antes, tendo chegado a 6% em novembro do ano passado, segundo dados das duas entidades.

Na comparação com julho de 2019, o número de inadimplentes caiu 0,7%, mesmo percentual de agosto de 2018. A pesquisa não realiza ajuste sazonal, que permitiria expurgar os efeitos típicos de um mês na comparação com outro dentro do mesmo ano.

O volume de dívidas apresentou queda de 0,83% em agosto, contra um ano antes, vindo de baixa de 0,46% em julho, na mesma base de comparação. Em agosto, o volume total de dívidas caiu 1% contra igual mês de 2018, após recuo de 0,32% em julho em relação a 12 meses antes.

Para o presidente do SPC Brasil, Roque Pellizzaro Junior, o cenário econômico não tem favorecido a redução da inadimplência, muito embora o crescimento do número de pessoas com contas em atraso aconteça de forma moderada.

“Há uma frustração quanto à retomada da economia e os reflexos positivos na vida do consumidor. Com o desemprego elevado e o achatamento da renda, a capacidade de pagamento das famílias ainda não voltou a pleno vapor. A expectativa é de que a inadimplência comece a recuar a partir de 2020”, diz o executivo.

Somando todas as pendências, cada consumidor inadimplente deve, em média, R\$ 3.277,74, segundo o SPC Brasil e a CNDL.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

GÁS NATURAL

Consumo cai 10,9% em julho

ESTADÃO CONTEÚDO

São Paulo

O consumo de gás natural chegou a 65,44 milhões de metros cúbicos por dia em julho, o que corresponde a uma queda de 10,9% ante o mesmo mês do ano passado, segundo levantamento feito pela Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás). A classe industrial apresentou queda de 4,8% no consumo, na comparação anual, para 27,8 milhões de metros cúbicos/dia.

"A queda em relação aos

números do ano passado também sinaliza uma desaceleração da atividade econômica e industrial. Embora o consumo industrial tenha ficado estável em relação a junho, com alta de apenas 0,37%, na comparação com julho de 2018 a retração é de 4,8%", declarou o presidente executivo da Abegás, Augusto Salomon.

O executivo destacou que números do consumo total de gás natural são impactados pelo despacho termelétrico definido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), reflexo direto de

questões hidrológicas.

Em julho, o volume de gás natural destinado à geração de energia elétrica somou 25,4 milhões de metros cúbicos, montante 17,9% menor

que o verificado no mesmo período do ano passado, mas 62,1% acima do verificado em junho, o que também influenciou na alta de 18,1% do consumo total, na comparação com o mês anterior.

Ainda segundo a Abegás, em julho, o número de unidades consumidoras de gás natural chegou a 3,58 milhões de unidades consumidoras nas indústrias, comércios e residências, postos de combustíveis, entre outros pontos de consumo. "É importante que o País aproveite a janela de oportunidade dada pelo programa 'Novo Mer-

"Queda sinaliza desaceleração da atividade econômica e industrial"

AUGUSTO SALOMON, presidente executivo da Abegás



Karoline Torres (Agência) / Divulgação / 14.9.2019

Presidente executivo da Abegás, Augusto Salomon, avalia queda

cado de Gás' e pela assinatura do TCC entre Petrobras e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para criar políticas que ampliem a infraestrutura essencial do setor, interiorizando a malha de gasodutos", acrescentou Salomon.

O aumento da malha de gasodutos permitirá que o gás natural alcance mais municípios, levando desenvolvimento econômico e bem-estar social a diversas regiões do País ao atrair investimentos em novas indústrias, comércios e atividades ligadas ao uso do gás natural, diz.

Redução maior da taxa básica vai acelerar queda de gasto financeiro

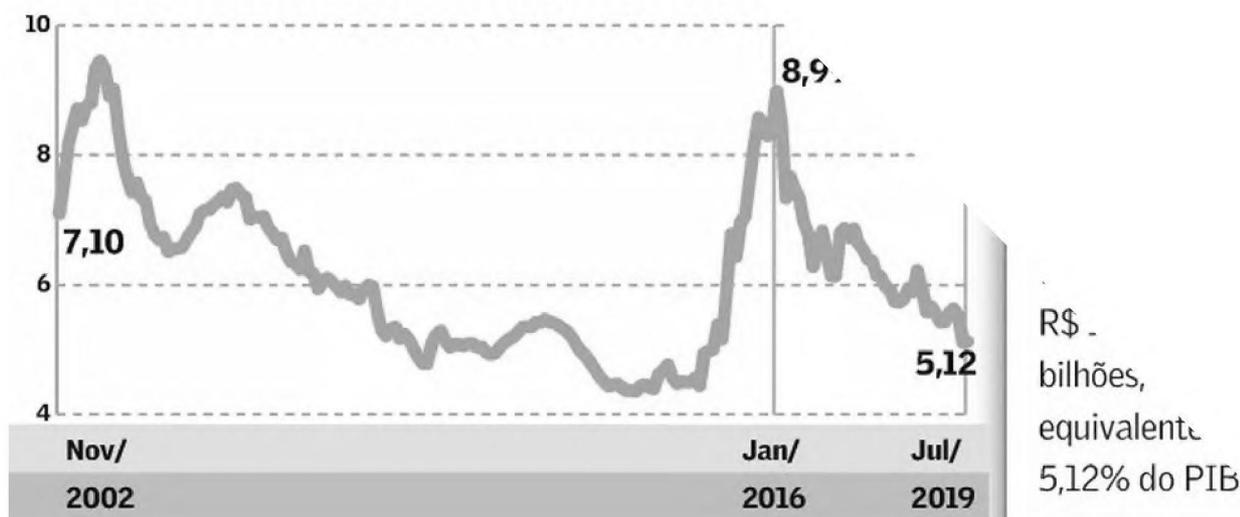
Despesas financeiras, que totalizaram 5,12% do PIB nos 12 meses até julho, tendem a cair com mais força

Por Sergio Lamucci — De São Paulo

20/09/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas

Trajetória de queda

Gastos com juros do setor público cu



Fonte: Banco Central (BC) * Acumulado em 12 meses

A perspectiva de queda mais acentuada da taxa Selic vai contribuir para reduzir adicionalmente os gastos com juros do setor público, conta que tende a cair abaixo de 5% do PIB neste ano. No acumulado em 12 meses até julho, as despesas financeiras ficaram em 5,12% do PIB, depois de bater em quase 9% do PIB em janeiro de 2016 nessa base de comparação. Na reunião de quarta-feira, o Comitê de Política Monetária (Copom) cortou os juros básicos de 6% para 5,5% ao ano e, segundo vários analistas, indicou que pode baixar a Selic para 4,75% ou 4,5% até o fim do ano.

Em números absolutos, os gastos com juros nos 12 meses até julho totalizaram R\$ 359,1 bilhões, um valor ainda muito elevado, mas um terço menor que os R\$ 540 bilhões registrados até o começo de 2016. Além da possibilidade de quedas maiores da Selic nos próximos meses, cresce a avaliação de que a taxa ficará em níveis baixos por bastante tempo, uma combinação que tende a acelerar a redução das despesas financeiras do setor público consolidado, conjunto que reúne União, Estados, municípios e estatais, com exceção de Eletrobras e Petrobras. A contenção do gasto e do crédito públicos abre espaço para juros menores de modo sustentado.

PUBLICIDADE



inRead invented by Teads

Depois do encontro do Copom na quarta-feira, o economista-chefe do Banco Safra, Carlos Kawall, revisou a sua expectativa para a trajetória da Selic. Antes, ele

esperava que a taxa terminaria 2019 em 5% ao ano, nível em que permaneceria até o fim de 2020. Agora, ele estima que a taxa cairá para 4,75% até fim deste ano, apostando num corte adicional de 0,25 ponto percentual em janeiro, para 4,5%. A Selic ficaria então estacionada aí até o fim de 2020.

Com juros mais baixos, a redução dos gastos com juros deve se acelerar, diz ele. O Safra estimava que as despesas financeiras do setor público ficariam em 4,7% do PIB neste ano e em 3,8% do PIB no ano que vem, num cenário de Selic em 5% no fim de 2019 e no fim de 2020. Com uma taxa básica menor, é possível que as despesas financeiras sejam um pouco mais baixas do que isso. Kawall observa que a variação de 1 ponto percentual da Selic, se mantida por 12 meses, tem um impacto de 0,43 ponto do PIB na dívida bruta, o equivalente a R\$ 30,4 bilhões, segundo o BC. No caso da dívida líquida, o efeito é de 0,45 ponto do PIB, ou R\$ 31,6 bilhões.

Da série iniciada em 2002, o menor volume de gasto com juros em 12 meses foi o de junho de 2013, quando as despesas ficaram em 4,36% do PIB. O nível mais alto nessa base de comparação, por sua vez, foi atingido em agosto de 2003, quando chegou a 9,46% do PIB.

Analista de finanças públicas da Tendências Consultoria Integrada, Fabio Klein também vê gastos menores com juros daqui para frente, destacando que parte expressiva da dívida pública é corrigida pela Selic. No caso do endividamento bruto, a taxa básica tinha em julho um peso de 51,2% como indexador; no caso da dívida líquida, de 74,6%, segundo números do BC.

No cenário com Selic a 5% no fim deste ano e no fim do ano que vem, ele projetava dispêndios financeiros de 4,77% do PIB em 2019 e de 4,45% do PIB em 2020. Se os juros efetivamente caírem abaixo de 5%, os gastos poderão ser menores do que os dessas projeções. No entanto, como é possível que os juros tenham que subir em 2021, Klein não

acredita que as despesas financeiras caiam abaixo de 4% do PIB nesse horizonte.

Um ponto fundamental é que os juros mais baixos melhoram a dinâmica da dívida, como destaca Kawall, ex-secretário do Tesouro. Com uma carga menor de despesas financeiras, diminui o esforço fiscal necessário para estancar a alta do endividamento como proporção do PIB. “Hoje, o superávit primário que estabiliza a dívida bruta parece estar próximo de 0,5% do PIB”, diz Kawall, lembrando que esse número já esteve na casa de 2% a 2,5% do PIB. Para ele, com um crescimento do PIB de 2% e um juro nominal de longo prazo de 6,5%, o superávit de 0,4% a 0,5% do PIB deve ser suficiente para interromper a escalada da dívida bruta, que ficou em 79% do PIB em julho, um nível elevado - no fim de 2013, estava em 51,5% do PIB.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Chega ao Brasil anti ronco e apneia mais vendido dos Estados Unidos
SLEEP FREE

LINK PATROCINADO

Tudo que você precisa saber para emagrecer está aqui
PHYTOPOWER CAPS

Juro baixo põe foco nos riscos à estabilidade financeira

Para economistas, não há bolhas, mas cabe monitorar

Por Alex Ribeiro — De São Paulo

20/09/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas



Arminio Fraga, ex-presidente do BC: é cedo para falar em riscos, mas cabe monitorar alavancagem no sistema — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A queda dos juros a níveis ainda mais baixos - e a perspectiva de manutenção desse ambiente por um período prolongado de tempo - deverá exigir vigilância redobrada do Banco Central e outros reguladores do sistema financeiro para evitar o surgimento de eventuais bolhas.

Por enquanto, os riscos são contidos, afirmam economistas, com o crescimento ainda incipiente do mercado de crédito bancário e a ausência de sinais palpáveis de inflação de ativos. A experiência internacional mostra, porém, que períodos prolongados de juros baixos podem levar o sistema a tomar riscos excessivos.

PUBLICIDADE

No Brasil, já está em curso um movimento de migração, para ativos mais arriscados, de recursos aplicados em bancos e em títulos públicos, cujos rendimentos caíram desde que os juros básicos chegaram à mínima histórica, em fins de 2017. Boa parte dos recursos foi para plataformas de investimentos, em busca de retornos mais altos.



O ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga diz que é cedo para falar em riscos latentes para estabilidade financeira. “Mas cabe monitorar, com foco em alavancagem no sistema e produtos pouco transparentes”, afirma ele. “Imagino que eles estejam de olho, dado o tamanho da

queda dos juros e os sinais preliminares de que o dinheiro parece estar queimando nas mãos de muitos.”

“Hoje, no Brasil, provavelmente a Selic que leva a inflação para a meta também gera um bom apetite por diversificação de riscos, e alocações mais agressivas”, diz o economista-chefe do Itaú Unibanco, Mario Mesquita, que como diretor de Política Econômica do BC ajudou a montar a resposta do Brasil à crise financeira mundial de 2008. “Por ora, não parece ter bolhas, mas a persistir esse quadro de juros baixos - e pode persistir - o risco de bolhas pode aparecer.”

Anteontem, o Banco Central cortou os juros básicos da economia de 6% ao ano para 5,5% ao ano, e ganha força a aposta no mercado de queda abaixo de 5% até o fim do ano. A taxa básica começaria a subir novamente apenas em 2021, segundo preveem analistas econômicos.

Os juros mais baixos não são a única força que empurra o mercado para a maior tomada de riscos. O Banco Central já anunciou que pretende fazer uma redução significativa dos depósitos compulsórios dos bancos, que alguns analistas calculam que possa injetar R\$ 200 bilhões na economia nos próximos dois anos.

Paralelamente, promove uma agenda de desregulamentação financeira, reduzindo o crédito direcionado e ampliando o livre. Uma das medidas mais significativas é a permissão para os bancos realizarem empréstimos com prestações corrigidas pela inflação. O BC tem planos, ainda, de aprofundar a liberalização cambial, caminhando para a conversibilidade da moeda. Os bancos, ao mesmo tempo, vêm sofrendo uma maior pressão competitiva das empresas de tecnologia financeira, as fintechs, com potencial de estimular a maior tomada de risco para manter os níveis de rentabilidade dos negócios.

São riscos que estão no horizonte de médio e longo prazo, mas a realidade mais imediata é um mercado ainda pouco aquecido - sobretudo no setor bancário, que tem potencial de causar estragos mais devastadores nas crises financeiras, devido ao seus níveis de alavancagem.

O indicador mais abrangente do grau de aquecimento do setor é o chamado hiato do crédito, que mostra se a expansão dos financiamentos da economia está ocorrendo acima ou abaixo de sua tendência de longo prazo. Hoje, o hiato do crédito é negativo em um pouco mais do que 4% do Produto Interno Bruto (PIB), pelos cálculos do BC. Em uma medida compilada pelo BIS (Banco de Compensações Internacionais, na sigla em inglês), está negativo em 1,5% do PIB.

Esse é um dos dados mais importantes - mas não o único - nas decisões de bancos centrais de exigir que os bancos reforcem o seu colchão de capital nos ciclos de expansão de crédito para absorver eventuais perdas quando os ventos mudam de lado. Com hiatos negativos de até 2% do PIB, em geral os reguladores não exigem mais capital dos bancos.

A abertura dos dados do hiato do crédito, porém, mostra realidades diferentes para o mercado bancário (negativo em mais de 6% do PIB, no dado do BC) e do mercado de capitais, que está positivo em cerca de 2% do PIB, o que significa um maior grau de aquecimento. As captações com papéis privados, como debêntures e títulos securitizados, cresceram 33% nos 12 meses até julho.

São vários os exemplos no mundo de desequilíbrios causados pelos juros baixos, como a crise da Nasdaq, na década de 1990, e a do subprime, em 2008. Mas um economista com experiência no BC e no mercado financeiro argumenta que há diferenças entre uma queda sustentada de juros, como a que ocorre no Brasil, e juros artificialmente baixos que levaram a períodos de “exuberância irracional”.

O Brasil, com as reformas fiscais, estaria dando mais um passo na convergência para taxas de juros estruturais mais “normais” pelos padrões internacionais, que leva a alocações mais “normais” das carteiras, em contraposição

aos juros em patamares anormalmente altos. Isso significa um peso maior em instrumentos de mercados de capitais, contendo mais risco privado em vez de soberano, conexão mais direta com o setor real da economia e prazos mais longos.

No caso dos títulos privados, apesar da alta de 33% em 12 meses, o estoque dessas operações no mercado é relativamente pequeno, de pouco mais de 10% do PIB. Com uma base tão pequena, haveria espaço para crescer.

Juros estruturalmente mais baixos também levam, naturalmente, a uma elevação dos preços dos ativos reais sem que isso se configure uma bolha. O preço de um ativo deve corresponder ao valor presente, descontado de seu fluxo esperado de renda. Assim, a queda da taxa de juros pela qual se calcula esse valor presente descontado naturalmente eleva o preço. Atualmente, porém, preços de ativos que são monitorados de perto por órgãos reguladores, como imóveis, crescem abaixo da taxa de inflação.

O professor de finanças da Cornell University, Murillo Campello, diz que o risco de bolhas financeiras causadas por fluxos de capitais estrangeiros são limitados. “O Brasil é dessincronizado da economia mundial”, afirma ele. “Faz parte da estratégia de diversificação de carteira de

investidores, na categoria de emergentes, e não uma tese mais forte de investimento.” Os juros baixos dentro do país têm levado a um fluxo de saída de capitais estrangeiros do Brasil.

Ele reconhece que, potencialmente, a movimentação de capital doméstico poderia alimentar a inflação dos preços de alguns ativos - mas, nesse caso, o motor relevante não é apenas os juros baixos, mas também o grau de incerteza mais geral na economia.

Uma estudiosa de economia bancária diz que a queda dos juros não deverá levar a uma fragilidade das instituições financeiras. Ao contrário da sabedoria convencional, os bancos lucram mais quando os juros baixam, pois crescem os volumes emprestados.

A pressão competitiva das fintechs, por outro lado, tende a ser contrabalançada por duas forças. Primeiro, no Brasil o processo tem sido liderado pelo BC, ao contrário do que correu na Austrália e Reino Unido, o que significa que por aqui haverá uma calibragem mais cuidadosa entre objetivos de competição e estabilidade financeira.

Segundo: os bancos brasileiros detêm a expertise do crédito e investiram muito para medir os riscos, algo que ainda vai ser aprendido ao longo do tempo pelas fintechs.

Há, ainda, uma tendência naturalmente mais conservadora das instituições privadas na tomada de riscos.

Uma fonte potencial de estresse dos juros baixos é por meio da taxa de câmbio, afirma um outro economista. As taxas nas mínimas históricas provocam um fluxo de saída de capitais, levando à desvalorização cambial.

Embora esse seja um movimento absolutamente justificado pelo ambiente inflacionário doméstico, os cortes mais recentes da Selic deixam a taxa de câmbio num ponto de partida mais desfavorável no caso de um choque externo.

Nesse caso, o aperto dos juros teria que ser mais forte para manter a inflação na meta. Para esse economista, a execução da política monetária deveria ser mais cautelosa para gerenciar os riscos externos num ambiente internacional cheio de incerteza.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Chega ao Brasil anti ronco e apneia mais vendido dos Estados Unidos
SLEEP FREE

LINK PATROCINADO

Dólar supera R\$ 4,16 após Copom e Fed

A forte depreciação do câmbio levanta a discussão sobre até que ponto o real pode continuar se desvalorizando sem que isso afete a inflação

Por Marcelo Osakabe — De São Paulo

20/09/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas

O mercado de câmbio voltou a sofrer os efeitos colaterais dos juros baixos no Brasil. Com a perspectiva de que a taxa Selic vai testar novas mínimas históricas nos próximos meses, os investidores viram menos prêmio a ser capturado no real e preferiram buscar a proteção do dólar, num movimento que levou a cotação acima de R\$ 4,16, sendo o destaque entre as divisas globais.

O movimento veio em resposta às sinalizações, bastante diferentes, dos bancos centrais do Brasil e dos Estados

Unidos. A autoridade monetária brasileira foi bem mais agressiva em indicar o espaço para corte de juros, enquanto o Federal Reserve dosou o tom sobre seus próximos passos. Isso indica que o diferencial de juros entre os dois países ficará ainda mais comprimido - fator que joga contra o real.

O dólar comercial encerrou o dia em alta de 1,43%, negociado a R\$ 4,1623, o maior nível desde 3 de setembro. A valorização contra o real foi a maior do dia entre as 33 divisas mais líquidas do mundo, como também foi muito mais intensa. O salto por aqui foi o maior desde 19 de agosto, quando o dólar subiu 1,58%.

A forte depreciação do câmbio levanta a discussão sobre até que ponto o real pode continuar se desvalorizando sem que isso afete a inflação e, com isso, represente alguma restrição à intenção do Copom de continuar cortando juros.

O economista-chefe da Garde, Daniel Weeks, pondera que o repasse cambial do dólar tem sido bastante tímido, pelo menos desde o ano passado. "Iniciamos 2018 com dólar a R\$ 3,20 e encerramos a R\$ 3,90. Já a projeção de inflação começou em 4% e encerrou em 3,55%, mesmo com a greve dos caminhoneiros e outros eventos."

Em seus cálculos, o modelo do BC permite inferir que ele vê um repasse cambial de cerca de 5%. Isso significa que um câmbio perto de R\$ 4,20 já aproximaria a inflação da meta, ao menos no cenário híbrido divulgado no comunicado do Copom na quarta-feira. “Eu começaria a me preocupar com um dólar a R\$ 4,30, R\$ 4,40”, diz.

O risco do dólar alto, porém, pode ir além da inflação. É o que alerta o economista Alberto Ramos, do Goldman Sachs. Segundo o analista, um diferencial de juros cada vez menor pode tornar a moeda brasileira ainda mais volátil e acabar desancorando o câmbio. Isso teria reflexos negativos não apenas para a inflação, mas também para as condições financeiras domésticas. “Caso as condições macroeconômicas se desestabilizem, a retomada do crescimento pode ser atingida, exatamente o contrário do que quer o BC.”

O economista nota que esse processo de desancoragem pode começar a dar sinais tão logo o real ultrapasse o nível dos R\$ 4,20. Por outro lado, diz Ramos, existe a possibilidade de a atual gestão do BC se mostrar mais disposta a “disciplinar” o mercado através de intervenções diretas. “Caso o real continue com desempenho muito abaixo das demais emergentes, isso pode animar o BC a entrar novamente no mercado”, afirma.

Análise semelhante faz o economista-chefe para América Latina do ING, Gustavo Rangel. Para ele, o Brasil não precisa usar juros para limitar a desvalorização de sua moeda, ao contrário de outros emergentes, como o México. “Não é controverso dizer que o câmbio a R\$ 4,20 é muito depreciado”, diz.

O importante, para Rangel, é que as perspectivas de inflação e o crescimento autorizam o BC a continuar em um ciclo de cortes. E o câmbio, ao menos por enquanto, não incomoda. “O Brasil pode se dar ao luxo de praticamente ignorar o câmbio em sua política monetária” já que o repasse ainda é pequeno, afirma.

Saiba Mais

Investidor corre para apostar em cenário de Selic abaixo de 5%

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Chega ao Brasil anti ronco e apneia mais vendido dos Estados Unidos

SLEEP FREE

Empresários pedem a Maia IBS com alíquota flexível

Representantes do setor produtivo entregam lista com 20 pedidos de mudança em PEC

Por Carolina Freitas e Marta Watanabe — De São Paulo

20/09/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas

Representantes do setor produtivo apresentaram ontem ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), uma lista com vinte sugestões de mudança na proposta de reforma tributária que tramita na casa legislativa. Os empresários dizem apoiar as mudanças - desde que tenham benefícios fiscais e flexibilidade de alíquota.

Os deputados estudam substituir cinco tributos por um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) cobrado no destino, não cumulativo e com alíquota única estimada em 25%.

Maia se mostrou alheio à pressão dos empresários e disse

esperar deles o mesmo apoio que deram à reforma da Previdência.

A lista de pedidos dos empresários foi entregue ontem pela manhã a Maia e ao relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), por dois executivos da Câmara Americana de Comércio (Amcham Brasil). A presidente da entidade, Deborah Vieitas, executiva do setor bancário, e o presidente do conselho de administração da Amcham, Luiz Pretti, que comanda também a Cargill, estiveram com os deputados por 10 minutos para apresentar o documento. A Amcham Brasil reúne 5 mil empresas, 80% delas, nacionais.

A reunião foi em uma sala reservada de um centro de convenções na zona sul de São Paulo, alugado pela Amcham para um seminário sobre reforma tributária, que aconteceu na sequência. Participaram do evento aberto também o mentor da proposta da Câmara, o economista Bernard Appy, e o autor da PEC, deputado Baleia Rossi (MDB-SP).

Os parlamentares, em consonância com Appy, rejeitaram na fala à plateia a manutenção de incentivos fiscais e regimes especiais de tributação. Eles palestraram a 300 executivos da área tributária convidados pela Amcham.

Em fala de 30 minutos para apresentar a PEC 45/2019, Appy definiu o modelo tributário brasileiro como “o contrário de um bom sistema”.

“Só há exceções, não regras, além de uma quantidade enorme de isenções fiscais e regimes especiais. Tudo isso foge às características de um bom sistema.”

Maia, a seu tempo, relacionou a estagnação econômica brasileira ao fato de o Brasil ter sido “capturado por corporações públicas e privadas”, com um “volume enorme de incentivos fiscais, muitos deles duvidosos”. E apelou à didática: “Quando você organiza um sistema distorcido, alguns, claro, precisam pagar mais impostos. Mas um sistema eficiente vai beneficiar a todos, ao fazer o Brasil crescer.”

O presidente da Câmara pediu o engajamento do setor privado na reforma tributária no mesmo nível que se viu nas mudanças da Previdência Social. “Como o sistema previdenciário não atingia grande parte do setor privado, todos apoiaram a reforma da Previdência. Nós queremos o mesmo apoio na tributária.”

Aguinaldo Ribeiro contemporizou ao dizer que o momento é de diálogo e que “todos concordam” em pelo menos um ponto: o sistema tributário precisa ser simplificado. “Pela

primeira vez temos um ambiente único para reformar”, disse o relator.

A PEC da Câmara propõe que o IBS, também chamado de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), entre no lugar dos tributos federais IPI, PIS e Cofins, do ICMS dos Estados e do ISS dos municípios.

A principal preocupação externada pelos executivos é que haja flexibilidade na definição das alíquotas do IBS e concessão de benefícios fiscais. A ideia, diz a entidade, é fomentar atividades e situações específicas de interesse público e preservar setores cuja demanda pode sofrer forte impacto com a alíquota do novo tributo. A PEC propõe IBS com alíquota única, estimada em 25%.

A carta da Amcham pede ainda a não cumulatividade plena do IBS - com o devido crédito de todo o imposto pago nas fases anteriores da cadeia de produção, o que não ocorre hoje com o ICMS.

O seminário do qual participou Maia pela manhã seguiu ao longo do dia com quatro painéis em que entidades empresariais apresentaram outras ressalvas em relação à PEC da Câmara.

As ponderações foram desde a sugestão da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) para que prazo de transição seja encurtado de 10 para 5 anos até a queixa da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), de que o IBS aumentaria a carga tributária e traria insegurança para atividades de incorporação imobiliária, locação e corretagem.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Chega ao Brasil anti ronco e apneia mais vendido dos Estados Unidos

SLEEP FREE

LINK PATROCINADO

Boneca Bebê Reborn Real Brinquedo Menina Surpresa Rosa Princesa Morena

R\$ 248,99 - AMERICANAS.COM.BR

LINK PATROCINADO

Bebê Reborn boneca Realista com lindo Enxoval de brinde

SOB ENCOMENDA - ELO7.COM.BR

LINK PATROCINADO

Tal Mãe Tal Baby Panda - Curta / M / M

R\$ 89,90 - MINIBOO.COM.BR

LINK PATROCINADO

Combo Cabelos Define Cachos